



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

FABIANA ALBERTIM KAISER

TREINO DE HABILIDADES PARENTAIS:

ESTUDO DE CASO COM FAMÍLIAS EM DESCUMPRIMENTO
DE CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

FABIANA ALBERTIM KAISER

TREINO DE HABILIDADES PARENTAIS:
ESTUDO DE CASO COM FAMÍLIAS EM DESCUMPRIMENTO
DE CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Análise do Comportamento da Universidade Estadual de Londrina – UEL para o cumprimento dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Análise do Comportamento.

Orientador: Prof. Dr. Alex Eduardo Gallo

Londrina
2013

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

K13t Kaiser, Fabiana Albertim.

Treino de habilidades parentais : estudos de caso com famílias em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família / Fabiana Albertim Kaiser. – Londrina, 2013.

95 f. : il.

Orientador: Alex Eduardo Gallo.

Dissertação (Mestrado em Análise do Comportamento) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, 2013.

Inclui bibliografia.

1. Comportamento – Análise – Teses. 2. Práticas educativas parentais – Teses. 3. Beneficiários do bem-estar social – Comportamento – Teses. 4. Regras – Teses. 5. Programa Bolsa Família (Brasil) – Teses. I. Gallo, Alex Eduardo. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento. III. Título.

CDU 159.9.019.43

FABIANA ALBERTIM KAISER

TREINO DE HABILIDADES PARENTAIS:
ESTUDO DE CASO COM FAMÍLIAS EM DESCUMPRIMENTO DE
CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Análise do Comportamento da Universidade Estadual de Londrina – UEL para o cumprimento dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Análise do Comportamento.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Alex Eduardo Gallo
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^a. Dr^a. Cynthia Borges de Moura
Universidade Estadual do Oeste do Paraná -
UNIOESTE

Prof^a. Dr^a. Nádia Kienen
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 02 de Setembro de 2013.

AGRADECIMENTOS

Como diria o poeta John Donne, “Nenhum homem é uma ilha, para que possa viver isolado”, devo abrir este espaço para homenagear àqueles que estiveram comigo para que a realização deste trabalho pudesse ser possível e que, sem suas contribuições, de forma alguma eu teria conseguido chegar até aqui.

Quem me conhece sabe a determinação que tenho em buscar realizar meus objetivos, em especial, o crescimento pessoal e profissional. Foi nessa busca que devo agradecer primeiramente a Deus, por sua presença constante, de sua forma me conduzindo e direcionando meu caminho. Sempre compreendi que a realização de um Mestrado envolveria inúmeras dificuldades e até mesmo sacrifícios e por isso sempre pedi sua proteção e me deixei conduzir por Sua mão. Uma prova disso foi, sem dúvida, no dia em que fiz a prova específica na seleção do Mestrado e que fui tomada por uma imensa angústia ao me deparar com o que exatamente essa experiência representaria em minha vida nos próximos meses. Procurei a Deus em sua casa e lá pedi que se fosse o momento certo para passar, que me desse esta oportunidade. E creio ter sido abençoada, pois aqui estou concluindo esta etapa.

Ao Alex Gallo, sempre serei grata por ter aceitado ser meu orientador, e estando sempre presente quando precisei, por acolher minhas angústias, por “comprar” minhas ideias e me auxiliar na lapidação das mesmas. Também devo mencionar todas as vezes que conteve minhas ansiedades dizendo “Calma, Fabiana!”, transmitindo paciência, zelo e carinho, que certamente fizeram a diferença durante todo esse processo. Sem falar nas conversas, nos aprendizados e na amizade oferecida ao longo destes dois anos e que espero podermos mantê-los mesmo após a conclusão do Mestrado.

Ao mesmo esposo Marcelo, por sua inesgotável paciência, companheirismo, força e amor. Digo-lhe, amadinho, que se não tivesse você ao meu lado eu não teria conseguido. Quantas vezes, desgastada com a rotina de trabalho, levou-me a rodoviária e acompanhou-me

subir ao ônibus com um sorriso confortante. Três noites depois recebia-me de braços sempre abertos, transmitindo-me toda a segurança necessária para que eu pudesse suportar as dificuldades, que foram muitas. Também foi a força que não me deixou desanimar, além de compreender a minha ausência durante o tempo que precisei viajar semanalmente a Londrina, e dedicar-me às atividades do Mestrado.

Aos meus pais, por me ensinarem a ser o que sou, com minhas qualidades, os meus defeitos, sendo pacientes, apoiando-me em minhas escolhas e dando o seu suor para que eu pudesse ficar tantos anos em Maringá, estudando Psicologia, um sonho realizado porque sempre acreditaram em mim.

Agradeço aos meus amigos, que compreenderam minha ausência nos últimos anos e sempre foram inesgotável fonte de apoio e alegria.

Aos colegas de Mestrado, em especial a Mariana Toledo Chagas e a Eva Carolina Guimarães, minhas “companheiris” de todos os “momentis”, as trocas de conhecimento, confidências, temores e a multiplicação de risadas, de comidas e de carinho que encontrei em vocês. Muito obrigado!

Minha eterna gratidão aos professores do programa de Pós-graduação em Análise do Comportamento, por terem compartilhado comigo tanto conhecimento, que sempre me instigou a buscar mais e mais. Foi bastante importante também ter podido “beber da fonte” de tantos talentos, como os que compõem o nosso programa de Pós-Graduação. Um agradecimento especial a professora Verônica Haydu, que junto ao professor Alex Gallo, auxiliaram-me na construção de conhecimentos que acrescentaram (e muito!) a minha formação.

Às professoras Nádia Kienen pelas contribuições nesta e na banca de qualificação. Tivemos pouco convívio, mas que foi bastante significativo. A professora Cynthia Borges de Moura, por ter aceitado participar da minha defesa e também pelas contribuições recebidas

em vários momentos da minha formação.

Obrigada aos colegas de CRAS, e aos gestores da Secretaria Municipal de Assistência Social (2011/ 2012) que permitiram que eu me ausentasse durante a realização dos créditos do Programa e colaboraram para que eu pudesse realizar a pesquisa em meu local de trabalho.

“Educai as crianças, para que não seja necessário punir os adultos.”

(Pitágoras)

“De tudo ficaram três coisas...
A certeza de que estamos começando...
A certeza de que é preciso continuar...
A certeza de que podemos ser interrompidos
antes de terminar...
Façamos da interrupção um caminho novo...
Da queda, um passo de dança...
Do medo, uma escada...
Do sonho, uma ponte...
Da procura, um encontro!”

(Fernando Sabino)

Kaiser, F. A. (2013). *Treino de habilidades parentais: estudo de caso com famílias em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família*. 95 f. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, Brasil.

RESUMO

Este trabalho contempla dois artigos construídos durante o programa de pós-graduação em análise do comportamento e foram realizados a partir das experiências da pesquisadora com as famílias do Programa Bolsa Família. No primeiro artigo, as contingências estabelecidas pelo PBF, que buscam controlar o comportamento de seus beneficiários, foram descritas e foi feita uma crítica a partir de hipótese formulada com base em resultados de pesquisas. Realizou-se um resgate de publicações sobre regras a partir da análise do comportamento e as características do PBF e ambos os conceitos foram correlacionados em análise. Enquanto agência controladora o Governo faz uso de leis que determinam os comportamentos mais adequados aos seus governados, estabelecem as contingências em vigor e possíveis punições para o seu não cumprimento. O PBF é uma estratégia do Governo para reforçar comportamentos adequados da população, como frequentar a escola. Contudo, concluiu-se que esse comportamento pode se tornar insensível às contingências naturais quando as pessoas passam a seguir a regra independente das consequências almeçadas: ter maior escolaridade e qualificação profissional. O segundo artigo realizou um estudo de caso a partir da implementação de um programa de intervenção para o treino de habilidades parentais em famílias em descumprimento de condicionalidades do PBF, por motivo de baixa frequência escolar entre adolescentes e que houvesse alta incidência de conflito familiar. Foram selecionadas duas famílias para a intervenção, que foi realizada no domicílio das mesmas, a partir da proposta de Gallo e Williams (2010). Foram aplicados dois instrumentos de coleta de dados: entrevistas semi-estruturadas em mães e adolescentes; Inventário de Estilos Parentais - IEP (Gomide, 2006) em 3 momentos: pré e pós-intervenção e follow up após 3 meses. Esta consistiu em 8 sessões, realizadas separadamente com cada grupo familiar. Os temas das sessões foram: estratégias de autocontrole e relaxamento em situações de estresse familiar; definição e exemplos de práticas parentais positivas e negativas; definição e treino sobre como analisar contingências a partir de exemplos de comportamentos dos adolescentes da própria família; como estabelecer limites e exemplos de práticas parentais inadequadas e adequadas; o uso da disciplina e discussão de exemplos de práticas parentais inadequadas e adequadas; avaliação do programa junto as mães das famílias na última sessão. Os resultados obtidos demonstram que a intervenção apresentou resultados positivos, a começar pelos dados do IEP. A mãe da família 1 apresentou IEP total de -8, 15 e 9, respectivamente nos momentos pré, pós-intervenção e follow up. A filha da família 1 apresentou, por sua vez, IEP total de 11, 13 e 9 respectivamente. A mãe da família 2 apresentou IEP total de -10, 5 e 6, enquanto que o filho da mesma família, apresentou IEP total de 3, 9 e 8, respectivamente, considerando-se o momento pré, pós-intervenção e follow up. Em ambas as famílias houve o acréscimo de um repertório comportamental nas mães quanto ao estabelecimento e cumprimento de regras, instalação do diálogo como forma de negociação e resolução de conflitos, do fortalecimento de vínculos através do afeto, das atividades conjuntas e do reforço positivo.

Palavras-chave: Regras. Insensibilidade às consequências. Análise do comportamento. Práticas educativas parentais. Programa Bolsa Família.

Kaiser, F. A. (2013). *Parenting skills training: case study of families in breach of conditionality on Bolsa Família Program*. 95 p. Master's degree thesis, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, Brazil.

ABSTRACT

This work includes two articles built during the post-graduate program in behavior analysis and were performed from the experiences of the researcher with the families of the Bolsa Família. In the first paper, the contingencies established by the PBF, who seek to control the behavior of its beneficiaries were described, and a review was made from hypothesis based on research findings. We conducted a publications analysis on rules on behavior analysis approach and characteristics of the PBF and both concepts were correlated. While controlling agency the government uses laws that determine behavior suitable to the governed, establish contingencies and possible penalties for non-compliance. The PBF is a government strategy to strengthen appropriate behaviors of the population, such as attending school. However, it was concluded that this behavior can become insensitive to natural contingencies when people start to follow the rule regardless of the aimed consequences: have more education and professional qualification. The second article conducted a case study from the implementation of an intervention program for training parenting skills with families in breach of PBF conditionalities, due to low school attendance among teens and a high incidence of family conflict. Two families were selected for the intervention, which was held in the same household, based on the proposed program by Gallo and Williams (2010). Two instruments were applied for data collection: semi-structured interviews with mothers and adolescents and Parenting Styles Inventory - IEP (Gomide, 2006) in three stages: pre-and post-intervention and follow-up 3 months after. Intervention consisted on 8 sessions, conducted separately with each family group. The subjects of the sessions were: strategies of self-control and relaxation in situations of family stress; definition and examples of positive and negative parenting practices; definition and training on how to analyze contingencies from examples of behaviors of adolescents own family, how to set limits and examples of appropriate and inappropriate parenting practices, the use of discipline and discussion of examples of appropriate and inappropriate parenting practices; program evaluation with the mothers of families in the last session. The results showed that the intervention had positive results, starting with the IEP data. The mother of the family 1 presented IEP of -8, 15 and 9 respectively in the pre and post-intervention and follow up. The daughter on Family 1 showed, in turn, IEP of 11, 13, 09 respectively. The mother of the family 2 presented IEP of -10, 5 and 6, while the son of the same family, presented IEP of 3, 9 and 8, respectively, considering the time pre, post and follow up. In both families we found increasing on behavioral repertoire in mothers on the establishment and enforcement of rules, use of dialogue as a mean of negotiation and conflict resolution, the strengthening of bonds through the affection of the joint activities and positive reinforcement.

Keywords: Rules. Insensitivity to consequences. Behavior analysis. Parenting practices. Bolsa Família Program.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Interpretação dos Resultados do Inventário de Estilo Parental (Gomide, 2006)	51
Tabela 2 –	Temas e atividades desenvolvidas em cada sessão de intervenção.....	54
Tabela 3 -	Resultados IEP Família 1	56
Tabela 4 -	Resultados IEP Família 2	59

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
ARTIGO 1 - UMA INTERPRETAÇÃO ANALÍTICO COMPORTAMENTAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	15
Resumo	17
Abstract	18
Introdução	19
Comportamento, regras, Governo e Lei	20
O Programa Bolsa Família	25
O Programa Bolsa Família: o controle por contingências e por regras	28
Considerações Finais	31
Referências	33
ARTIGO 2 - TREINO DE HABILIDADES PARENTAIS COM FAMÍLIAS EM DESCUMPRIMENTO DE CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	37
Resumo	39
Abstract	40
Introdução	41
Método	49
Participantes e instrumentos	49
Procedimento	51
Tratamento e Análise de Dados	55
Resultado e discussão	55
Dados obtidos através dos instrumentos de coleta de dados	55
Dados obtidos através dos relatos verbais dos sujeitos de pesquisa durante as sessões	61
Dados obtidos através de observação	70
Considerações finais	73
Referências	76
CONCLUSÃO	81

REFERÊNCIAS	83
APÊNDICE	88
APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Filho.....	89
APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Mãe	90
APÊNDICE C - Roteiro de Entrevista Semi-estruturada para Pais.....	91
APÊNDICE D - Roteiro de Entrevista Semi-estruturada para adolescentes.....	94

O comportamento pode ser descrito como um processo que envolve a interação de um organismo com o seu meio. Essa interação pode favorecer o desenvolvimento de um repertório comportamental, que ocorre na medida em que produz consequências no ambiente. Se essas consequências são reforçadas, aumentam sua probabilidade de serem mantidas. Do contrário, podem ser extintas (Skinner, 1953/1979; Baum, 2006).

O comportamento humano pode ser controlado, de acordo com Skinner (1979) por agências sociais como o Governo, por exemplo, e pela família. O Governo faz isso muito bem através da instalação de leis, que funcionam como estímulo discriminativo para que determinados comportamentos sejam mantidos, introduzindo punições negativas quando tais comportamentos estabelecidos não são de fato cumpridos. Um exemplo disso é o Programa Bolsa Família, que procura descrever contingências sociais que controlam o comportamento daqueles que são por ele beneficiados (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2011a). Obter uma frequência escolar elevada, cumprir com o calendário de vacinação, pesagem e pré-natal, e manter o Cadastro Único atualizado são exemplos dessas contingências. Na medida em que essas contingências, estabelecidas na forma de regras, são cumpridas, a família beneficiária recebe mensalmente o benefício monetário. Contudo, na medida em que essa contingência se apresenta na forma de regra, corre-se o risco de esse comportamento estar sendo mantido pela regra e não necessariamente pelas próprias contingências, considerando-se que ir à escola pode apresentar um outro reforço (que não o benefício monetário estabelecido pelo Programa), mais a longo prazo: futuro profissional e financeiro mais promissor.

A educação, além de ser outra agência social que controla o comportamento, também é importante fator protetivo para crianças e adolescentes (Guralnick, 1998) e, portanto, torna-se, frequentemente, alvo de políticas sociais, como é o exemplo do Programa Bolsa Família. Crianças e adolescentes que não frequentam a escola são foco de atuação de políticas de

atendimento às famílias, considerando-se que, concomitante à evasão escolar, situações de vulnerabilidade e risco social estão atreladas (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2012), como a prática de atos infracionais, por exemplo. Frequentemente, também estão atreladas à exposição a problemas familiares e a práticas educativas disfuncionais (Gallo & Williams, 2008). A família, então, que deveria ser considerada especialmente um fator protetivo, também pode se tornar um fator de risco (Webster-Stratton, 1998).

Considerando-se a importância da relação estabelecida entre pais e filhos, e sua fundamental importância no desenvolvimento biopsicossocial infantil, torna-se necessário investir nessa relação de modo que as práticas educativas parentais utilizadas possam desenvolver comportamentos pró-sociais em crianças e adolescentes (Gomide, 2003; Carvalho & Gomide, 2005; Salvo, Silveira & Toni, 2005). Do contrário, a relação pode ser propícia para o desenvolvimento de comportamentos anti-sociais. Portanto, intervenções que promovam o treinamento dessas práticas podem ser favoráveis e, na prática, podem trazer resultados bastante satisfatórios, tanto no que diz respeito à prevenção e quanto à modificação de comportamentos potencialmente problemáticos em crianças e adolescentes.

Considerando-se a breve explanação realizada, o presente trabalho irá apresentar dois artigos. O primeiro consiste numa análise das contingências estabelecidas pelo Programa Bolsa Família, a partir do conceito de regras. A análise é realizada com base em hipóteses levantadas a partir de estudos experimentais. O segundo artigo foi formulado a partir dos resultados de uma pesquisa aplicada na qual se buscou implementar e avaliar um programa de intervenção que promoveu o treinamento das práticas parentais entre as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e em descumprimento de condicionalidades.

Ambos utilizaram como referências os princípios da análise do comportamento e constituíram em um importante instrumento de aplicação e aprendizagem para a obtenção do

título de Mestre junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Análise do Comportamento, pela Universidade Estadual de Londrina.

ARTIGO 1**UMA INTERPRETAÇÃO ANALÍTICO COMPORTAMENTAL DO PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA¹**Fabiana Albertim Kaiser²Alex Eduardo Gallo³Verônica Bender Haydu⁴

Endereço para correspondência: Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento/ Universidade Estadual de Londrina
Rodovia Celso Garcia Cid, PR 445, KM 380 Caixa Postal 6001
Cep 86051-990 Londrina/PR
Fone/Fax: (43) 33714227
E-mail: fabiana_albertin@yahoo.com.br
aedgallo@uel.br
veronicahaydu@gmail.com

¹ Artigo apresentado como pré-requisito para a aprovação na disciplina de Princípios em Análise do Comportamento, do Programa de Mestrado em Análise do Comportamento pela Universidade Estadual de Londrina.

² Psicóloga, Especialista em Gestão de Recursos Humanos, Especialista em Saúde Mental e atendimento psicossocial a crianças e adolescentes, Mestranda em Análise do Comportamento pela Universidade Estadual de Londrina.

³ Professor Adjunto do Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento da Universidade Estadual de Londrina e do Programa de Mestrado em Análise do Comportamento. Doutor em Psicologia pela UFSCAR.

⁴ Professora Associada do Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento da Universidade Estadual de Londrina e do Programa de Mestrado em Análise do Comportamento.

**UMA INTERPRETAÇÃO ANALÍTICO COMPORTAMENTAL
DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

Artigo apresentado para cumprimento dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Análise do Comportamento.

KAISER, F.A., HAYDU, V.B., GALLO, A.E. (submetido) *Uma interpretação analítico comportamental do Programa Bolsa Família*. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, Paraná, Brasil.

Resumo

As contingências estabelecidas pelo Programa Bolsa Família (PBF) que buscam controlar o comportamento de seus beneficiários foram descritas e foi feita uma crítica a partir de hipótese formulada com base em resultados de pesquisas. Para isto, realizou-se um resgate de publicações sobre o conceito de regras na análise do comportamento e as características do PBF. A análise foi realizada correlacionando ambos os conceitos. Enquanto agência controladora o Governo faz uso de leis que determinam os comportamentos mais adequados aos seus governados, estabelecem as contingências em vigor e possíveis punições para o seu não cumprimento. O PBF é uma estratégia do Governo brasileiro para reforçar comportamentos adequados da população, como o de frequentar a escola. Contudo, concluiu-se que esse comportamento pode se tornar insensível às contingências quando as pessoas passam a seguir a regra independente das consequências almejadas: ter maior escolaridade e qualificação profissional.

Palavras-chave: Regras; Insensibilidade às consequências; Análise do comportamento.

KAISER, F.A., HAYDU, V.B., GALLO, A.E. (subject) *A behavior analytic interpretation of Bolsa Família Program*. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, Paraná, Brasil.

Abstract

The contingencies established by the Programa Bolsa Família (PBF) that seek to control the behavior of their beneficiaries have been described and was a critique from hypothesis-based research results. For this, we performed a rescue of publications on the concept of rules on Behavior Analysis approach and the characteristics of PBF. The analysis correlated both concepts. While a controlling agency the government uses laws that determine the most appropriate behaviors to the governed, provide contingencies in effect and possible penalties for noncompliance. The PBF is a Brazilian government's strategy to reinforce population's appropriate behavior, such as attending school. However, we concluded that this behavior can become insensitive to the contingencies when people become following the rule regardless of the desired consequences: higher literacy and professional training.

Keywords: Rules; Insensitivity to consequences; Behavior analysis.

A maneira como leis formuladas pelo Governo controlam o comportamento é bastante variada. Dentre essas diversidades, podem ser identificadas algumas na forma de políticas públicas, como o Programa Bolsa Família - PBF (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2011a), que correlaciona as políticas de Saúde, Educação e Assistência Social. Esse Programa constitui-se de regras que controlam o comportamento dos cidadãos, nesse caso específico, de pessoas de baixa renda.

O controle do comportamento humano em contexto social é um tema que vem sendo descrito e debatido pelos analistas do comportamento desde a metade do século passado. Skinner (1979) analisou como as agências sociais exercem controle sobre o comportamento dos indivíduos que vivem em sociedades ocidentais. O Governo é um exemplo de tais agências, que estabelece leis, de acordo com as quais aqueles comportamentos considerados inadequados são punidos negativamente, pela remoção de estímulos apetitivos (eventos com propriedades reforçadoras), uma vez que o uso de punições positivas (introdução de estímulos aversivos) é restringido por leis de direitos humanos.

O presente estudo visou descrever as contingências estabelecidas pelo PBF enquanto contingências sociais que controlam o comportamento daqueles que são beneficiados por esse tipo de Programa e fazer uma crítica a partir de hipóteses formuladas com base em resultados de pesquisas experimentais. Para isso, será feito, inicialmente, um resgate do conceito de regras, com base em princípios da Análise do Comportamento. Em seguida serão descritas as características do Programa, a partir de artigos científicos e de fontes eletrônicas disponibilizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome e, finalmente, serão feitas análises que levarão à formulação de uma hipótese de quais são os prováveis efeitos das contingências formuladas pelo Programa.

Comportamento, regras, Governo e lei

O comportamento é definido como o processo de interação dos organismos com seu meio, caracterizando-se como um processo histórico (Skinner, 1979; Baum, 2006). O desenvolvimento de um repertório comportamental pode envolver diferentes procedimentos, sendo um deles a modelagem. Esse procedimento implica no processo de seleção pelas consequências, o que ocorre quando são reforçadas diferencialmente, dentre um conjunto variado de respostas, aquelas que se aproximam da resposta alvo (a resposta que se caracteriza como o sucesso da ação do organismo sobre o meio ambiente). As consequências, além de participarem do estabelecimento dos comportamentos, são também responsáveis pela manutenção deles, pois após a modelagem o comportamento se manterá apenas se continuar sendo reforçado. Se o reforço for suspenso, o comportamento entra em extinção.

Um aspecto fundamental na conceituação do comportamento operante é que o mesmo, após ser reforçado em determinadas circunstâncias e não em outras, torna-se um operante discriminado, isto é, o comportamento passa a ser controlado pelo estímulo na presença do qual o reforço foi liberado (S^D). Quando o estímulo discriminado estiver presente em momentos subsequentes, há uma alta probabilidade de o comportamento ocorrer e se o estímulo na presença do qual a resposta não foi reforçada (S^A) estiver presente, há uma baixa probabilidade de o comportamento ocorrer. Esse processo é denominado discriminação de estímulos ou controle de estímulos.

Outra forma de desenvolvimento de repertórios comportamentais, além da modelagem e da discriminação de estímulos, é a instrução ou o fornecimento de regras. As regras são definidas, de acordo com Albuquerque e Silva (2006), como estímulos antecedentes que descrevem as contingências ou os comportamentos a serem emitidos (a forma, a frequência e

a duração), as condições nas quais devem ser emitidos (quando e onde) e as possíveis consequências para esses comportamentos (se a regra for ou não seguida).

O comportamento de seguir regras é geralmente ensinado de forma explícita. Por exemplo, como quando uma mãe ensina seu filho a escovar os dentes após as refeições, a usar roupas para sair, a não faltar à escola, etc. Normalmente, no meio familiar, uma criança aprende a seguir regras apresentadas por um falante adulto (pai ou mãe), assumindo o papel de ouvinte e aprende a discriminar as contingências presentes em seu ambiente, a partir do comportamento verbal desse falante. Com a re-exposição às contingências, os estímulos discriminados verbais tornam-se eficazes e os comportamentos acabam ocorrendo diante de estímulos verbais apresentados por outras pessoas, que também assumem esse papel de falante. Essas condições possibilitam a generalização do comportamento de seguir regras, o que é adaptativo para o convívio social e é parte do processo denominado controle de estímulos.

De forma resumida, pode-se afirmar, com relação ao estabelecimento de comportamentos por meio de comportamento verbal, que avisos, ordens, instruções, conselhos e leis são regras que têm a função de especificar contingências e que elas são seguidas porque os comportamentos de obedecer, de seguir instrução ou o conselho foram reforçados anteriormente (Skinner, 1982). Além dessa função (especificar contingências), Albuquerque (2001) sugeriu que as regras podem ter função de estímulos alteradores de função. Nesse caso, a regra pode ser um evento que possibilita estímulos neutros a assumirem diversas funções: de estímulo discriminado, quando, por exemplo, é dito “se estiver chovendo forte, não vá àquele bairro, pois a inundação é certa!”; de operação motivacional, como, por exemplo, quando é dito, “a festa vai ser muito boa, vai ter cerveja livre!”.

Variáveis diferentes controlam os comportamentos de seguir regras (comportamento governado por regras) e o comportamento modelado e mantido por consequências diretas (comportamento modelado por contingências) (Skinner, 1984). Enquanto o comportamento controlado por regras é estabelecido a partir de uma antecedente descrição das contingências em vigor e reforçado, geralmente, por consequências sociais para o seguir a regra, o comportamento governado por contingências é reforçado pelos efeitos diretos que o comportamento gerou sobre o ambiente. No entanto, é importante destacar que um comportamento governado por regras também pode sofrer o efeito das consequências diretas e, por essa razão, deve-se considerar que nem todo comportamento que foi estabelecido por regras é puramente controlado por elas.

Quando o comportamento de seguir uma regra é afetado pelas consequências imediatas por ele produzidas, este comportamento deixa de ser controlado pela regra e passa ou a ser controlado pela interação entre a regra e as consequências imediatas por ele produzidas ou a ser controlado por suas consequências imediatas (Albuquerque & Silva, 2006, p.101).

Além do que está especificado no parágrafo anterior, Albuquerque e Silva (2006) citaram que o comportamento de seguir regras pode ocorrer de forma independente ou não das consequências imediatas que são produzidas por ele, contudo, ele não ocorre de forma independente da história de exposição do indivíduo às contingências sociais relacionadas com o responder da forma como as regras especificam.

Regras, de acordo com Skinner (1984), são seguidas por duas razões: porque no passado regras semelhantes evitaram punição social e/ou porque no passado o comportamento de seguir regras produziu reforço positivo. As condições sob as quais o seguimento de regras é mantido foram relatadas por diversos pesquisadores, como, por exemplo, Santos, Paracampo e Albuquerque (2004), Hayes, Brownstein, Zettle, Rosenfarb e Korn (1986), Joyce e Chase

(1990). Os resultados desses estudos sugerem que o comportamento de seguir regras pode ser mantido quando traz consequências reforçadoras ou quando correspondem às contingências de reforço. Quando a correspondência entre a regra e o comportamento de seguir regras é monitorada pela comunidade verbal, o comportamento de seguir regras pode ser mantido até mesmo quando as consequências produzidas contradizem a regra emitida (Albuquerque & Ferreira, 2001).

Quando um comportamento é estabelecido pela regra e não é afetado pelas consequências decorrentes do mesmo, frequentemente diz-se que esse comportamento é “insensível às contingências” (ver análise crítica em Nico, 1999). Tal fato ocorre quando, por exemplo, uma mãe instrui seu filho a vestir um casaco independentemente da temperatura ambiental naquele momento e de se a criança está ou não sentindo frio. Se o filho segue regras dessa forma, há uma baixa probabilidade de ele aprender com as consequências diretas de suas ações e de aprender a discriminar quando usar ou não um casaco diante da variação na temperatura ambiental. Essa característica do comportamento governado por regras levou pesquisadores como, Galizio (1979); Hayes et al. (1986); Matthews, Shimoff, Catania e Sagvolden (1977); Shimoff, Catania e Matthews (1981), a usarem a expressão “insensibilidade às contingências”.

Um dos aspectos que chamou a atenção de analistas do comportamento e que levou ao desenvolvimento de uma linha de pesquisa para o estudo da insensibilidade comportamental foi o fato de que as contingências presentes no meio ambiente de um indivíduo podem mudar e as regras tornarem-se discrepantes a essas contingências (e.g., Oliveira & Albuquerque, 2007; Teixeira Júnior, 2007). Se o comportamento estiver sob controle exclusivo de regras, esse comportamento tem uma probabilidade pequena de mudar de acordo com as mudanças nas contingências. Entretanto, de acordo com Santos et al. (2004), há outra possível

explicação para a insensibilidade do comportamento às contingências de reforço. Esses autores se referem à forma como contingências e regras restringem a variabilidade do comportamento, isso porque o comportamento governado por regras não apresenta variação em relação à regra, pois a resposta está descrita e é emitida antes que as consequências imediatas possam ocorrer, ao contrário do comportamento modelado por contingências.

Os resultados dessas pesquisas e de outras mostram que a manutenção do comportamento governado por regras pode depender de variáveis como as que foram resumidas por Paracampo e Albuquerque (2005), que são: (a) o tipo de consequência produzida por esse comportamento; (b) de haver ou não ou não monitoramento; (c) do tipo de esquema de reforço em efeito; (d) de haver ou não condições que produzem variação comportamental; e (e) “da história de exposição a contingências antes de o ouvinte ser exposto à regra” (p. 227). No entanto, deve-se destacar que esse tipo de comportamento, como outros que fazem parte do repertório daqueles que vivem em sociedade, foi selecionado ao longo do processo de evolução da cultura, provavelmente porque apresenta vantagens para os grupos. Algumas dessas vantagens que foram apontadas por Skinner (1984) são: o controle que as regras exercem não se limita a relações de espaço e tempo, e elas possibilitam ampliação do repertório comportamental dos indivíduos que se comportam, de modo a permitir que eles adquiram comportamentos novos sem necessariamente ter contato com as contingências originais.

As vantagens especificadas por Skinner (1984), bem como outras que podem ser identificadas em diferentes culturas, provavelmente, é o aspecto que contribui para que a forma com que os governos e os grupos sociais, incluindo as famílias, estabelecem o controle do comportamento de seus membros/cidadãos. Conforme foi especificado no início deste ensaio, o Governo é um exemplo de agências de controle, que segundo Skinner (1979), faz

uso do seu poder para punir ou recorrer a outras fontes de controle, como a economia e a educação. Esse poder se estabelece em parte sob a forma de leis, que determinam o comportamento como legal ou ilegal. Os comportamentos considerados ilegais são punidos para reduzir a probabilidade de que voltem a ocorrer. Essa punição, de forma geral, é caracterizada pela remoção de estímulos apetitivos, como a perda de dinheiro no caso de multas ou a perda da liberdade, como no caso da prisão.

O Governo especifica o que é legal e ilegal por meio do estabelecimento de leis. As leis especificam as contingências em vigor, deixando explícito quais são as consequências decorrentes do não cumprimento dela. Assim, a lei é uma regra em que a relação entre eventos antecedentes, o comportamento e as consequências são descritas, sendo definida como “o enunciado de uma contingência de reforço mantida por uma agência governamental” (Skinner, 1979, p. 370).

O Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família surgiu em 2003 e é um dos maiores programas do mundo de transferência de renda atrelados a condicionalidades (Soares, Ribas, & Osório, 2010). Esse Programa também integra o Fome Zero, que é uma estratégia criada pelo Governo Federal para assegurar direitos humanos fundamentais, como a alimentação adequada – segurança alimentar e nutricional – além de contribuir para a conquista da cidadania de uma população mais carente (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2011b).

O Governo Federal descreve que mais de 13 milhões de famílias são beneficiadas em todo o Brasil (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2011a). O Programa consiste em um repasse condicional de renda a famílias pobres e de extrema pobreza do Brasil (Haddad, 2008), num valor que varia de R\$ 32,00 a R\$ 306,00, dependendo da renda per-

capta familiar – até R\$ 140,00 – e do número e idade das crianças e adolescentes residentes no domicílio. Ele é considerado um dos fatores que contribui para a redução da pobreza – cerca de 12% em 2003 e 4,8% em 2008 – e das desigualdades sociais (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2011a; Presidência da República, 2010).

O programa está pautado em três eixos: a) a transferência direta de renda, com o objetivo de promoção do alívio imediato da pobreza; b) condicionalidades, que buscam garantir o acesso a direitos sociais básicos relacionados à Saúde, Educação e Assistência Social; c) programas complementares, que buscam o desenvolvimento de potencialidades das famílias e enfrentamento de situações de vulnerabilidade social. A gestão do Programa é compartilhada entre União, Estados e Distrito Federal e ambos buscam aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar a execução do PBF, que foi oficialmente instituído pela Lei 10.836/04, e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/04 (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2006; 2011a).

As condicionalidades são, para Hall (2008), uma estratégia cada vez mais popular, porque buscam, em longo prazo, atacar a pobreza e, também, condicionar o pagamento à frequência escolar, que deve superar 85% para as crianças e adolescentes até 15 anos de idade, e 75% para os jovens entre 16 e 17 anos, e a participação em cuidados com a saúde, como a vacinação, a pesagem e o pré-natal. O autor aponta o PBF como uma forma eficiente de envolver as famílias mais pobres e promover o que nomeou de sinergias entre as políticas de Educação, Saúde e a Assistência Social (Hall, 2008).

De acordo com as “Orientações para o Acompanhamento das Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família no Âmbito do Sistema Único de Assistência Social”, o cumprimento de condicionalidades são contrapartidas exigidas das famílias beneficiárias (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2006). As ações compreendidas

como condicionalidades constituem-se no acesso da população mais pobre a seus direitos sociais básicos como, por exemplo, a serviços de saúde pública, escola e ações sócio-educativas para crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. Ao exigir o cumprimento de tais condições, o PBF busca prover a essas pessoas condições mínimas para que possam desenvolver capacidades essenciais dos indivíduos. Em suma, de acordo com a cartilha supracitada, as condicionalidades do Bolsa Família se referem à garantia de condições mínimas de Educação, Saúde e Assistência Social (Burlandy, Monnerat, Schottz, & Magalhães, 2007; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2006; 2011a; 2011c).

Na área da Saúde, as condicionalidades estão atreladas ao acompanhamento da saúde de gestantes, nutrizes e crianças de até 7 anos de idade. Na área da Educação, estão relacionadas à matrícula e frequência escolar de crianças e adolescentes, até que completem 18 anos de idade. Devido a esses aspectos, o PBF procura gerar impactos positivos, assim como, elevar os indicadores de saúde e a escolaridade da população brasileira como um todo. Esses efeitos são esperados em médio e longo prazo (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2006; 2011c; Burlandy et al., 2007).

Quanto ao descumprimento de condicionalidades, a regulamentação do PBF, Portaria MDS nº 551, de 9 de novembro de 2005 (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2006), determina punições gradativas às famílias que descumprirem com seus compromissos. Ao descumprir pela primeira vez, a família receberá uma advertência, o que, contudo, não afeta o recebimento do benefício. Ao descumprir pela segunda vez, a família tem seu benefício bloqueado por 30 dias, mas acaba recebendo retroativo no mês seguinte. Ao descumprir pela terceira vez, o benefício terá sua primeira suspensão, que durará 60 dias, ficando a família sem receber tais parcelas, nem mesmo de forma retroativa. O quarto

descumprimento produz os mesmos efeitos do terceiro. O quinto descumprimento culmina no cancelamento do PBF (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2006; Burlandy et al., 2007).

A aplicação gradativa das sanções são pensadas, de acordo com a cartilha, de modo a possibilitar a reversão do quadro de descumprimento, ou seja, para que a família possa voltar a cumprir com seu compromisso e fortalecer seus direitos – a Educação e a Saúde, por exemplo. Contudo, para que essa estratégia tenha êxito, é necessário que as famílias sejam atendidas e acompanhadas pelas equipes dos serviços de Saúde, Educação e Assistência Social (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2006; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2011c). Além disso, é necessário, ainda, que os serviços relacionados à Saúde, Educação e Assistência Social sejam disponibilizados pelas três esferas do Governo, de modo a oportunizar o acesso das famílias a tais serviços (Burlandy et al., 2007).

A aplicação de sanções diante do descumprimento de condicionalidades torna-se um instrumento do Governo Federal para garantir que as famílias apresentem os comportamentos desejados e, portanto, alcancem seus direitos fundamentais. Contudo, ao especificar tais comportamentos e as suas consequências, o PBF pode trazer alguns problemas, que serão discutidos e analisados a seguir.

O Programa Bolsa Família: o controle por contingências e por regras

Ao estabelecer condicionalidades no PBF, conforme foi apontado na seção anterior, o Governo Federal, enquanto fonte de controle, descreve as contingências a serem seguidas para reforçar comportamentos considerados por essa agência como sendo adequados. Faz uso de uma política pública instituída a partir de uma Lei para descrever as contingências em vigor,

estabelecendo consequências, que se espera que tenham a função de reforços (o recebimento do benefício, o alcance do protagonismo social) ou de punição (as sanções de suspensão ou perda do benefício aplicadas quanto ao seu não cumprimento).

As orientações referentes ao PBF trazem, em seu enunciado, um conjunto de regras que especificam essas contingências. Os comportamentos considerados “adequados” pelo Governo e que devem ser emitidos são: frequentar a escola com assiduidade superior a 85% para crianças e adolescentes até 15 anos e maior que 75% para jovens; vacinar as crianças de modo manter a carteira de vacinação em dia, pesar e realizar pré-natal conforme orientações médicas. Neste artigo, serão enfocados os comportamentos de frequentar a escola. As consequências quanto ao não cumprimento também estão descritas: vão desde uma advertência até o cancelamento do benefício. Assim, as regras do PBF são estímulos que controlam comportamentos mantidos pela história dos cidadãos de seguirem as regras, normalmente transmitidos de um adulto falante para as gerações seguintes, na medida em que apresentem o perfil compatível com o recebimento do benefício, ou seja, famílias em vulnerabilidade social.

O comportamento de “Ir à escola como uma frequência maior do que 85%” é, portanto, um estímulo verbal que faz parte da contingência, emitir o comportamento em sua presença é o segundo elemento dessa contingência (a resposta) e o recebimento do benefício é o reforço. Cumpre informar que emitir o comportamento especificado pela contingência pressupõe dois tipos de reforços: um reforço imediato, repassado com periodicidade mensal, que é o recebimento do benefício monetário; e um reforço natural, em longo prazo, que é a aquisição de conhecimentos e a probabilidade de inserção no mercado de trabalho formal e conquista da cidadania.

Os educadores e a comunidade esperam que o comportamento de ir à escola produza outras consequências reforçadoras para o comportamento de frequentar a escola, como a aquisição de habilidades e competências, e a possibilidade de no futuro conseguir um emprego ou poder trabalhar de forma autônoma em atividades produtivas. Essas consequências, em sua maioria, não ocorrem de forma imediata, mas é importante que elas passem a controlar o comportamento dos alunos em fase escolar. Assim, “ir à escola”, para aqueles que recebem o benefício do PBF, aumenta a probabilidade de reforço positivo imediato, com possibilidades de outros reforços no futuro. Entretanto, convém destacar que o comportamento de “ir à escola”, pode ficar exclusivamente sob o controle da regra e insensível às demais consequências. Nesse caso, pode-se afirmar que esse comportamento ocorrerá independente de suas consequências naturais, sendo insensível a elas (Albuquerque & Silva, 2006; Teixeira Júnior, 2007). Essa se torna a hipótese central desse artigo.

O uso de reforços arbitrários como o repasse de um benefício monetário mensal é utilizado para a manter um desempenho escolar, esperando-se que as consequências naturais assumam o controle do comportamento. Contudo, a fragilidade das políticas sociais, como a educação, saúde, assistência social e trabalho e emprego, acabam por gerar dependência financeira em relação ao benefício monetário por parte das famílias beneficiárias. Essa dependência pode ser analisada da seguinte forma: na medida em que o comportamento de frequentar a escola produz reforços apetitivos a curto prazo, aumentam a probabilidade de ocorrerem no futuro. Dessa forma, frequentar a escola está condicionada diretamente ao benefício monetário e é percebido pelas famílias como um estímulo discriminativo cujo cumprimento produz o reforço esperado. Contudo, a escola por si só é incapaz de manter o comportamento em questão, as estratégias de ensino-aprendizagem e o ambiente escolar não são tão reforçadores quanto outros estímulos bastante apetitivos: as ruas, grupos de amigos, o

trabalho informal (que produz reforços maiores, em curto prazo), o uso de substâncias psicoativas, etc.

A fragilidade nas políticas sociais se traduzem, ainda, na supervalorização do benefício em detrimento do protagonismo social alcançado através de uma autonomia das famílias. A tão repetida frase “O importante não é dar o peixe, mas ensinar a pescar” (Provérbio Chinês) torna-se clichê mas, ao mesmo tempo, contraditório em consequência de uma política não planejada e da falta de estrutura dos municípios para atender ao terceiro eixo do PBF: programas complementares que buscam o desenvolvimento de potencialidades das famílias, a fim de que consigam enfrentar as situações de vulnerabilidade social. Na falta desses programas, o incentivo dessas famílias está reduzido ao benefício monetário e os seus membros acabam sendo reconhecidos, frequentemente, como “acomodados” e “preguiçosos”. Em resumo, estão condicionados ao recebimento do benefício e não são incentivados a serem autônomos.

Considerações finais

É inquestionável a importância da escola no desenvolvimento de habilidades e competências para a vida em sociedade e, também, dos cuidados com a saúde para a prevenção de doenças e melhoria na qualidade de vida das pessoas. São esses os objetivos que o PBF busca atingir. Contudo, somente o cumprimento dos comportamentos especificados pela regra é insuficiente para que as crianças adquiram as habilidades e competências para o futuro pessoal e profissional. Se o ambiente escolar não for suficientemente reforçador e se a aquisição de habilidades e competências não concorrer com os reforçadores externos a esse meio, as crianças podem até frequentar as escolas, mas não aprenderão o que está programado e as famílias se tornam condicionadas ao recebimento do benefício monetário. Dessa forma,

cabe ao Governo investir e garantir as condições apropriadas para tornar a escola e as atividades ali desenvolvidas reforçadoras, de modo que crianças e adolescentes frequentem a escola não somente porque recebem o benefício em consequência desse comportamento. Isso implica em uma valorização da Educação como um todo e em investimento em programas para atendimento às famílias (e.g., CRAS e CREAS) e políticas públicas que visem melhorar da qualidade do ensino, com investimentos na infraestrutura, na capacitação e, também, na qualidade do ambiente de trabalho dos professores, que estão abandonando as escolas devido à desvalorização de sua profissão e ao nível de violência que aumenta diariamente nos ambientes escolares.

O Programa Bolsa Família pode ser entendido como um conjunto de regras com função de estímulo especificador de contingências e de alterador de função, conforme o conceito formulado por analistas do comportamento (e.g., Skinner, 1953/1979; Albuquerque e Ferreira, 2001). Ele se caracteriza como uma forma de controle do comportamento dos cidadãos brasileiros, mais especificamente o de frequentar a escola e o de cuidar da saúde. Entretanto, estudos analíticos comportamentais demonstram que regras podem tornar o comportamento das pessoas insensível às contingências e isso provavelmente acontece com o PBF. Por essa razão, torna-se imprescindível programas complementares de atenção a essas famílias, conforme especifica a regulamentação do PBF, como, por exemplo, programas de geração de renda e de inserção produtiva, e de educação de adultos, a fim de criar contingências que as auxiliem no alcance do protagonismo social e na conquista da cidadania.

O presente estudo apresentou uma análise que foi formulada baseada em estudos experimentais sobre comportamento governado por regras, a qual requer ser validada. Portanto, faz-se necessária a realização de pesquisas científicas empíricas com participantes do PBF, a fim de se verificar a validade da hipótese aqui levantada, o que fica, portanto, como uma sugestão para estudos futuros.

Referências

- Albuquerque, L. C. (2001). Definições de regras. In H. J. Guilhardi, M. B. B. P. Madi, & P. P. Queiroz, M. C. Scoz (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: expondo a variabilidade* (pp.132-140). Santo André, SP: ESETEC.
- Albuquerque, L. C., & Ferreira, K. V. (2001). Efeitos de regras com diferentes extensões sobre o comportamento humano. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14, 143-155.
- Albuquerque, L. C., & Silva, F. M. (2006). Efeitos da Exposição a Mudanças nas Contingências sobre o seguir regras. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 22, 101-112.
- Baum, W. M. (2006). Comportamento Governado por Regras e Pensamento. In W. M. Baum, *Compreender o Behaviorismo: comportamento, cultura e evolução* (pp. 165-184). Porto Alegre: Artmed. (Originalmente publicado em 1990).
- Burlandy, M. D., Monnerat, G. L., Schottz, V., & Magalhães, R. (2007). Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira? *Katálysis*, 10, 86-94.
- Galizio, M. (1979). Contingency-shaped and rule-governed behavior: Instructional control of human loss avoidance. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 31, 53-70.
- Haddad, M. A. (2008). Bolsa Família and the needy: Is allocation contributing to equity in Brazil? *Journal of International Development*, 20, 654-669.
- Hall, A. (2008). Brazil's Bolsa Família: A double-edged sword? *Development and Change*, 39, 799-822.

- Hayes, S. C., Brownstein, A. J., Zettle, R. D., Rosenfarb, I., & Korn, Z. (1986). Rule-governed Behavior and Sensitivity to changes consequences of responding. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 45, 237-256.
- Joyce, S. C., Chase, P. N. (1990). Effects of response variability on the sensitivity of rule-governed Behavior. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 54, 251-262.
- Matthews, B. A., Shimoff, E., Catania, A. C., & Sagvolden, T. (1977). Uninstructed human responding: sensitivity to ratio and interval contingencies. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 27, 453-467.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. (2006). *Orientações para o acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no âmbito do Sistema Único de Assistência Social*. Brasília, DF, Brasil. Disponível em http://www.social.mg.gov.br/documentos/Subsecretaria_Assistencia_Social/bb%20virtual/orientacao_cras.pdf. Acesso em 06 de Dezembro de 2011.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. (2011a). Bolsa Família. Disponível em <http://www.mds.gov.br>. Acesso em 06 de Dezembro de 2011.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. (2011b). *Fome Zero*. Disponível em <http://www.fomezero.gov.br/>. Acesso em 8 de Dezembro de 2011.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. (2011c). *Condicionalidades*. Disponível em <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades>. Acesso em 6 de Dezembro de 2011.
- Nico, Y. C. (1999). Regras e insensibilidade: conceitos básicos, algumas considerações teóricas e empíricas. In H. J. Guilhardi, M. B. B. P. Madi, P. P. Queiroz & M. C. Scoz

- (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: expondo a variabilidade* (pp. 31-39). Santo André: Arbytes.
- Oliveira, V. L., & Albuquerque, L. C. (2007). Efeitos de histórias experimentais e de esquemas de reforço sobre o seguir regras. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23, 217-218.
- Presidência da República. (2010). *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento*. Brasília: IPEA. Disponível em http://www.pnud.org.br/Docs/3_RelatorioNacionalAcompanhamentoODM.pdf. Acesso em 6 de Dezembro de 2011.
- Paracampo, C. C. P., & Albuquerque, L. C. (2005). Comportamento controlado por regras: revisão crítica de proposições conceituais e resultados experimentais. *Interação em Psicologia*, 9, 227-237.
- Santos, J. G., Paracampo, C. C., & Albuquerque, J. C. (2004). Análises dos Efeitos de Histórias de Variação Comportamento sobre o Seguimento de Regras. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17, 413-425.
- Shimoff, E., Catania, A. C., & Matthews, B. A. (1981). Uninstructed human responding: sensitivity of low-rate performance to schedule contingencies. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 36, 207-220.
- Skinner, B. F. (1979). *Ciência e comportamento humano*. São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1953).
- Skinner, B. F. (1982). *Sobre o behaviorismo*. São Paulo: Cultrix.
- Skinner, B. F. (1984). An operant analysis of problem solving. *The Behavioral and Brain Science*, 7, 583-591.

Soares, F. V., Ribas, R. P., & Osório, R. G. (2010). Evaluating the Impact of Brazil's Bolsa Família: Cash Transfer Programs in Comparative Perspective. *Latin American Research Review* , 45, 173-190.

Teixeira Júnior, R. R. (2007). Variáveis de controle do comportamento governado por regras: uma análise de métodos e resultados de estudos da área. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento. Universidade Federal do Pará, 166pp.

ARTIGO 2**TREINO DE HABILIDADES PARENTAIS:
ESTUDO DE CASO COM FAMÍLIAS EM DESCUMPRIMENTO DE
CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**Fabiana Albertim Kaiser⁵Alex Eduardo Gallo⁶

Endereço para correspondência: Departamento de Psicologia Geral e Análise do
Comportamento/ Universidade Estadual de Londrina
Rodovia Celso Garcia Cid, PR 445, KM 380 Caixa Postal 6001
Cep 86051-990 Londrina/PR
Fone/Fax: (43) 33714227
E-mail: fabiana_albertin@yahoo.com.br
aedgallo@uel.br

⁵ Psicóloga, Especialista em Gestão de Recursos Humanos, Especialista em Saúde Mental e atendimento psicossocial a crianças e adolescentes, Mestranda em Análise do Comportamento pela Universidade Estadual de Londrina.

⁶ Professor Adjunto do Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento da Universidade Estadual de Londrina e do Programa de Mestrado em Análise do Comportamento. Doutor em Psicologia pela UFSCAR.

**TREINO DE HABILIDADES PARENTAIS:
ESTUDO DE CASO COM FAMÍLIAS EM
DESCUMPRIMENTO DE CONDICIONALIDADES DO BOLSA
FAMÍLIA**

Artigo apresentado para cumprimento dos requisitos
para a obtenção do título de Mestre em Análise do
Comportamento.

Kaiser, F. A. (2013). *Treino de habilidades parentais: estudo de caso com famílias em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, Brasil.

Resumo

Esta pesquisa realizou um estudo de caso a partir da implementação de um programa de intervenção para o treino de habilidades parentais em famílias do Bolsa Família com baixa frequência escolar entre os adolescentes e que houvesse incidência de conflito familiar. Duas famílias participaram da intervenção. Foram aplicados dois instrumentos de coleta de dados em mães e filhos: entrevistas semi-estruturadas; e o Inventário de Estilos Parentais - IEP (Gomide, 2006), em 3 momentos: pré, pós-intervenção e follow up. Foram 8 sessões com cada mãe, com os temas: manejo do estresse; definição e exemplos de práticas parentais; treino sobre como analisar contingências; como estabelecer limites e disciplina. A última sessão consistiu na avaliação da intervenção. Os resultados obtidos demonstram que a intervenção apresentou resultados positivos, a começar pelos dados do IEP, que apresentaram boa evolução após a intervenção e se mantiveram no follow up. Ambas as famílias tiveram acréscimo de um repertório comportamental nas mães quanto ao estabelecimento e cumprimento de regras, instalação do diálogo como forma de negociação e resolução de conflitos, do fortalecimento de vínculos através do afeto, das atividades conjuntas e do reforço positivo.

Palavras-chave: Práticas educativas parentais. Programa Bolsa Família. Condicionalidades. Frequência escolar. Análise do comportamento.

Kaiser, F. A. (2013). *Parenting skills training to families in breach of conditionality of Bolsa Família Program*. Master's degree dissertation, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, Brazil.

Abstract

This research conducted a case study from the implementation of an intervention program for the training of parenting skills in families of the Bolsa Família with low school attendance among teenagers and there was incidence of family conflict. Two families participated in the intervention. Two instruments were applied to collect data on mothers and children: semi-structured interviews, and Parenting Styles Inventory - IEP (Gomide, 2006), in 3 stages: pre-, post-intervention and follow up. There were 8 sessions with each parent, with the themes: stress management, definition and examples of parenting practices; training on how to analyze contingencies, how to set limits and discipline. The last session consisted of the evaluation of the intervention. The results showed that the intervention had positive results, starting with the IEP data, which showed good outcomes after intervention and were maintained at follow up. Both families had increased from a behavioral repertoire in mothers on the establishment and enforcement of rules, installation of dialogue as a means of negotiation and conflict resolution, the strengthening of bonds through the affection of the joint activities and positive reinforcement.

Key-words: Parental practices. Bolsa Família Program. Conditionalities. School attendance. Behavior analysis.

A palavra “educar”, de acordo com o dicionário da língua portuguesa Aurélio significa: “Promover o desenvolvimento da capacidade intelectual, moral e física de (alguém) ou de si mesmo.” (Ferreira, 2000, p. 251). Tal definição frequentemente relaciona a ação de educar à educação formal, direcionada ao processo de ensino-aprendizagem fornecido pelas escolas e também ao ensinamento de padrões de comportamento e valores morais fornecidos pelas famílias aos seus membros. Mas, afinal, qual a importância da educação no desenvolvimento de crianças e adolescentes?

No que diz respeito à educação formal, atualmente a formação escolar vem sendo bastante valorizada, por favorecer o desenvolvimento intelectual, social, político e emocional dos indivíduos. Aqui, a educação será tratada enquanto um importante fator protetivo e que vem sendo abordada por políticas sociais como o Programa Bolsa Família (PBF), como uma forma de estimular o protagonismo social e minimizar as desigualdades sociais (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2006, 2011a, 2011c; Hall, 2008). Fatores protetivos ou de proteção são descritos por Guralnick (1998) como variáveis que diminuem a probabilidade de ocorrência de problemas. Fatores de risco, por sua vez, são variáveis associadas à alta probabilidade de resultados negativos ou indesejados (Webster-Stratton, 1998).

Alguns estudos (Kaiser, Haydu & Gallo, artigo submetido a publicação; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2006, 2011b, 2012) apontam a frequência escolar como uma das contrapartidas que devem ser cumpridas pelas famílias beneficiárias do PBF e, conseqüentemente, a evasão escolar, um dos motivos de descumprimento de condicionalidades. As condicionalidades são descritas como contrapartidas exigidas as famílias beneficiárias do PBF, atreladas às políticas de saúde, educação e assistência social e que funcionam enquanto um estímulo discriminativo para o recebimento do benefício. O

descumprimento dessas condições pode sinalizar que a família esteja em situação de vulnerabilidade social e mereça, portanto, a atenção de equipes de referência para o atendimento das mesmas.

Isso é muito importante se destacar porque estudos indicam que problemas em relação à escolaridade estariam relacionados à prática de atos infracionais, como apontou Gallo e Williams (2008), ao constatarem que a evasão e o fracasso escolar, e o baixo rendimento acadêmico estão entre as características de adolescentes em conflito com a lei. O mesmo estudo aponta que, ao mesmo tempo em que a baixa escolaridade atua como fator de risco, a escolaridade num nível mais elevado atua enquanto fator protetivo (Gallo & Williams, 2005; 2008). Os motivos mais comuns de evasão escolar apontados nestes estudos são: desinteresse, abandono, conflitos com outros alunos e/ou professores, além do fracasso escolar. O insucesso nas atividades escolares, conseqüentemente, faz com que os adolescentes percam o interesse em frequentar a escola. Este fator de risco, aliado a problemas familiares como a exposição a violência doméstica, a estilos parentais ou mesmo a redes de apoio ineficazes, também contribui para o insucesso escolar do adolescente (Gallo & Williams, 2008).

No estudo de Brandão, Baeta e Rocha (1982), a família é entendida como um dos fatores que influenciam no fracasso escolar de crianças e adolescentes. É na família que muitos problemas de ordem social são manifestados, e que incidem diretamente nas condições de vida desta família. Patterson, Reid e Dishion (1992) discorrem que o comportamento anti-social pode ser apreendido nesse meio, uma vez que é na família que esses primeiros comportamentos são reforçados. Isso reflete nas práticas utilizadas pelos pais ao educarem seus filhos, entre elas pode se citar a falta de acompanhamento dos pais na atividade escolar dos filhos. Levando em consideração que a família pode ser um importante fator (de risco ou de proteção) é que muitas pesquisas apontam para a importância de identificar os estilos

parentais e de treinar as práticas educativas parentais, para que cada vez mais os pais possam desenvolver em seus filhos habilidades sociais mais assertivas (Carvalho & Gomide, 2005; Salvo, Silveiras & Toni, 2005; Maia & Williams, 2005). O conceito de estilo parental foi definido por Wood, McLeod, Sigman, Hwang e Cho (2003) como um conjunto de modelos, práticas educativas, atitudes e metas empregadas pelos pais a fim de desenvolver nos filhos habilidades de socialização.

Estudos apontam que o tipo de relação estabelecida entre pais e filhos, desde os primeiros anos de vida, é fundamental no processo de desenvolvimento infantil (Carvalho & Gomide, 2005; Salvo, Silveiras & Toni, 2005). Gomide (2003) chama a atenção que as práticas educativas parentais, dependendo de sua frequência e qualidade, podem desenvolver comportamentos tanto anti-sociais quanto pró-sociais. A autora denomina o resultado do uso desse conjunto de ações de “estilos parentais”. Segundo Gomide (2003) e Carvalho e Gomide (2005), são denominadas práticas educativas negativas aquelas que podem desenvolver comportamentos anti-sociais (negligência, abuso físico e psicológico, disciplina relaxada, punição inconsistente e monitoria estressante), enquanto que práticas educativas positivas são desenvolvidas a partir das práticas que geram comportamentos pró-sociais (monitoria positiva e comportamento moral).

A negligência é definida como a omissão ou ineficiência dos genitores ou cuidadores em prover a crianças e adolescentes cuidados essenciais, como alimentação, proteção, abrigo, vestimentas ou qualquer outro cuidado necessário a sua sobrevivência e bem-estar. Carvalho e Gomide (2005) avaliam nesta prática que os pais acabam atuando enquanto espectadores quando deveriam ser os principais responsáveis pela educação dos filhos, deixando de dar a atenção necessária e até mesmo amor.

O abuso físico implica o uso de punições físicas, com ou sem uso de instrumentos para esta finalidade, com intensidades variadas, e também por motivos diversificados. Já o abuso psicológico está relacionado a críticas, chantagem, ameaças e humilhações ao filho (Carvalho & Gomide, 2005).

A disciplina relaxada é caracterizada pela dificuldade dos pais em estabelecerem limites e contingências adequadas aos filhos, afrouxando regras em função do comportamento coercitivo dos mesmos. Ao não estabelecer disciplina apropriada aos filhos, os pais correm o risco de modelar comportamentos que vislumbrem o desrespeito à autoridade, manipulação emocional da situação e desrespeito às regras (Gomide, 2003).

A punição inconsistente é uma falha no uso eficaz de punição e está atrelada, muitas vezes, ao humor do agente punidor, e não ao comportamento a ser punido. Os pais, principais agentes punidores, neste caso, podem punir de forma exagerada, recorrendo a castigos físicos, ou mesmo deixar de punir quando necessário, em função do seu humor naquele momento, o que torna os parâmetros para punição ininteligíveis aos filhos (Carvalho & Gomide, 2005).

A monitoria estressante, por sua vez, ocorre quando os pais estabelecem o controle “por meio de pressão excessiva” (Carvalho & Gomide, 2005, p.266). Há um exagero dos pais no controle do comportamento dos filhos, que se torna de tal forma estressante, que a confiança, o diálogo e a privacidade dos filhos acabam abalados, reforçando comportamentos como a mentira ou omissão de situações.

A monitoria positiva é desejada, pois implica no conhecimento necessário dos pais sobre a vida dos seus filhos, onde e com quem estão e o que estão fazendo, de forma natural, sem exageros ou controle excessivo. Implica, ainda, na disponibilidade paterna em ouvir o que os filhos tem a dizer, auxiliar quando for necessário e compartilhar de vitórias e

dificuldades. (Carvalho & Gomide, 2005). O comportamento moral, última das referidas práticas educativas positivas, está relacionado à transmissão de valores morais, empatia, generosidade, senso de justiça, entre outros, e à instalação de sentimentos inibidores de comportamentos anti-sociais, como a vergonha e a culpa. (Carvalho & Gomide, 2005).

Bons repertórios comportamentais podem ser desenvolvidos nas crianças a partir da relação destas com seu ambiente, no qual os pais se tornam mediadores, transmitindo valores positivos através do próprio modelo parental, e do diálogo sobre justiça, empatia, generosidade, entre outros. Valores como a justiça podem ser transmitidos através do comportamento assertivo dos pais na própria educação dos filhos, e da reflexão sobre acertos e erros da criança (Carvalho & Gomide, 2005).

Havendo um relacionamento que propicie interação segura e empática entre pais e filhos, crianças e adolescentes também aprendem a se comportar de forma mais segura e empática, comunicando-se com mais facilidade, expressando sentimentos, refletindo sobre desejos e relacionamentos. Tais habilidades sociais, de acordo com Del Prette e Del Prette (1999), são primeiramente adquiridas através da imitação/ modelação. Por outro lado, a exposição à violência de forma continuada, negligência e outras práticas aversivas, pode favorecer o desenvolvimento de comportamentos intolerantes à frustração, agressividade e a desmotivação para o seguimento de normas sociais, prejudicando, conseqüentemente, a aprendizagem e a socialização, pois crianças e adolescentes tendem a repetir em seu ambiente social as práticas aprendidas (Bolsoni-Silva & Maturano, 2002).

O campo das Habilidades Sociais Educativas (HSE), de acordo com Bolsoni-Silva e Maturano (2002) fornece importante auxílio na compreensão de vários aspectos na relação entre pais e filhos e das práticas educativas. O diálogo é apontado pelos autores como ponto de partida para o desenvolvimento de todas as HSE (expressão de sentimentos, de opiniões,

fazer perguntas, estabelecer limites). Através do diálogo são transmitidos padrões, valores e normas de comportamento que são aceitos no ambiente familiar e cultural no qual estão inseridos, a fim de aumentar a probabilidade de ocorrência de tais comportamentos, e incentivar comportamentos assertivos nos filhos. Cumprir promessas, desculpar-se, dizer não, estabelecer limites e negociar são comportamentos também considerados importantes no que se refere à HSE, e que se bem utilizados auxiliam na promoção de comportamentos adequados.

O presente estudo parte da afirmação de vários pesquisadores (Marinho, 1999; Bolsoni-Silva, 2003; Carvalho & Gomide, 2005; Salvo, Silveira & Toni, 2005) de que o desenvolvimento de habilidades pró-sociais ou de comportamentos adequados nos filhos também depende de um repertório de tais habilidades nos pais. Por esta razão, o uso de treinos de práticas educativas parentais é importante instrumento na orientação de pais e/ou cuidadores no desenvolvimento da disciplina em crianças e adolescentes, objetivando educar, socializar e promover comportamentos adequados em seus filhos (Bolsoni-Silva & Maturano, 2002; Gomide, 2003; Carvalho & Gomide, 2005)

O estudo de Marinho (1999) avaliou a efetividade de uma intervenção em grupo de pais com crianças com problemas de comportamento. A pesquisadora utilizou dois grupos experimentais, divididos de acordo com a faixa etária das crianças (2-6 anos e 7-12 anos). O grupo que incluía pais de crianças menores também foi comparado com um grupo controle, de características semelhantes. Os dados da linha de base foram coletados através de testes com os pais, as crianças e da avaliação da interação dos pais com as crianças, por meio de instrumentos específicos, como o *Child Behavior Checklist* (CBCL). A intervenção foi realizada em 12 sessões de 90 minutos, com periodicidade semanal. O programa buscou trabalhar com os pais a atenção diferencial ao comportamento infantil e desenvolvimento de

habilidades parentais, bem como a resolução de problemas. O CBCL foi aplicado também após a intervenção, e em seguimento de 3 e 9 meses após a intervenção. Os resultados apontam que a intervenção foi efetiva em ambos os grupos experimentais. No primeiro (pais de crianças entre 2-6 anos), observou-se que a intervenção oportunizou o aumento na frequência de comportamentos dos pais quanto à aprovação ao comportamento infantil, e de interação entre os pais e as crianças. No segundo grupo houve redução na emissão de comandos e desafios aos filhos, melhora na percepção parental do comportamento infantil e, ainda, em ambos os grupos houve redução nos níveis de depressão, em relação aos dados da linha de base.

Um outro estudo, apresentado por Bolsoni-Silva e Maturano (2002) propôs um programa, em quatro etapas, para pais brasileiros. Na primeira etapa os pais eram encorajados a falarem sobre os filhos, em especial, sobre comportamentos com os quais não conseguiam lidar. Na segunda etapa, o pesquisadora realizou manejo no qual fez com que os pais reconhecessem as próprias influências sobre o comportamento dos filhos e falassem de si mesmos nesta relação. Na terceira etapa, os pais foram encorajados a falarem de si mesmos, comportamentos abertos e encobertos e sua influência no comportamento dos filhos. A última etapa, por sua vez, consistiu na aprendizagem do estabelecimento de novas contingências, na realização de análises funcionais do comportamento dos filhos, assim como do próprio comportamento, diferenciando os repertórios que produzem comportamentos adequados daqueles que produzem comportamentos inadequados nos filhos. Os pesquisadores responsáveis por este estudo afirmam que “esta maneira de intervir pode ser útil para desenvolver autoconsciência nos pais sobre as contingências que mantém seus comportamentos” (Bolsoni-Silva & Marturano, 2002, p. 233), o que favorece mudanças satisfatórias.

Um dos estudos mais conhecidos na comunidade científica e que dizem respeito ao desenvolvimento de habilidades educativas parentais é o desenvolvido por Sanders, Dadds e Turner (2003), intitulado *Triple P – Positive Parenting Program*, que tem por objetivo a prevenção de problemas de ordem comportamental, emocional e de desenvolvimento de crianças, utilizando-se como recurso o conhecimento, desenvolvimento de habilidades e de sentimentos de confiança nos pais. Trata-se de um programa específico, subdividido em 5 níveis, que atendem desde famílias com bebês recém-nascidos, até famílias com adolescentes de até 16 anos de idade. O primeiro nível é informativo, o qual fornece materiais como cartilhas e fitas de vídeo com informações gerais. O segundo nível, por sua vez, compreende duas sessões de intervenção nas quais são repassadas aos pais de crianças com pequenos problemas de comportamento informações sobre o desenvolvimento infantil. O terceiro nível compreende quatro sessões de intervenção para pais cujos filhos apresentam problemas de comportamento consideradas de baixa a média complexidade. Este nível também oferece treinamento de habilidades parentais. O quarto nível apresenta treinamento intensivo (de quatro a oito sessões), podendo ser realizado tanto em grupo quanto individualmente, e é destinado a pais cujos filhos se encontrem com severos problemas de comportamento. O nível cinco é direcionado a famílias cujos problemas de relacionamento com os filhos são persistentes e, àquelas que estão passando por momentos de estresse intenso, devido a conflitos de ordem conjugal, depressão de genitores, presença de doença na família, ou outras situações de grande estresse (Sanders, Dadds & Turner, 2003).

O estudo realizado por Moura, Silveiras, Jacovozzi, Silva e Casanova (2007) descreve que os treinamentos realizados com pais tem algo em comum: apresentam procedimentos que tem por finalidade orientar ou instruir pais a alterar comportamentos de seus filhos através do uso adequado de reforçamento positivo, punição e extinção, obtendo, como resultado, a substituição de comportamentos infantis inadequados por adequados. Uma das estratégias

empregadas é o treino de pais no manejo de contingências, e o treino em resolução de problemas. A necessidade de treinar o autocontrole parental também foi citado como estratégia que pode auxiliar com variáveis que podem afetar o ambiente familiar. Os resultados de treinos de pais são considerados por Moura, Silvaes, Jacovozzi, Silva e Casanova (2007), com base em revisão de outros estudos, como efetivos em diferentes problemas de comportamento infanto-juvenil, obtendo ótimos resultados, com grandes mudanças em curto prazo, sendo mantidos por longos períodos de tempo e obtendo generalização de tais mudanças comportamentais a outros contextos, como o escolar, por exemplo.

Os estudos supracitados são uma amostra de treinos de habilidades parentais e a sua eficácia no estabelecimento de práticas parentais positivas. Estas práticas são desejadas nas famílias em descumprimento de condicionalidades do PBF, as quais serão sujeitos desta pesquisa, cujo objetivo é realizar um estudo de caso a partir da implementação de um programa de intervenção que realize o treinamento das práticas parentais entre as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e em descumprimento de condicionalidades, a fim de fortalecer as relações familiares, sendo estas consideradas importantes fatores protetivos, assim como a frequência escolar, cuja ausência é um dos fatores que inserem as famílias na condição de descumprimento de condicionalidades.

Método

Participantes e instrumentos.

Participaram da pesquisa mães de 2 famílias em descumprimento de condicionalidades do PBF, por motivo de baixa frequência escolar e/ou abandono escolar e que apresentassem conflito com seus filhos adolescentes. A escolha de famílias em situação de conflito familiar

foi pensada uma vez que através do relato de profissionais do Centro de Referência de Assistência Social, constatou-se que a evasão escolar estava, muitas vezes, relacionada a problemas de relacionamento entre pais e filhos.

A família 1 era composta por mãe, de 38 anos, viúva, 4º ano do ensino fundamental incompleto, filha adolescente (16 anos), abandonou os estudos no 9º ano do Ensino Fundamental e duas filhas pequenas (3 e 8 anos). A família 2 era composta por mãe, casada, 54 anos, 1º ano do ensino fundamental, padrasto, filho adolescente (17 anos), abandonou os estudos no 7º ano do ensino fundamental e neta (12 anos), cursando o 6º ano do ensino fundamental.

Para coleta de dados da pré-intervenção, foram aplicados 2 instrumentos. O primeiro foi uma entrevista semi-estruturada, realizada com as mães (Apêndice C) e seus filhos adolescentes (Apêndice D), utilizando-se gravador de voz. A entrevista direcionada às mães abordou as seguintes questões: histórico de vida, relacionamento familiar e repertório de práticas educativas parentais atuais. A entrevista direcionada aos adolescentes levantou as seguintes questões: práticas educativas dos pais, relacionamento e conflito familiar, relação do adolescente com a escola e investigação quanto a possíveis causas do descumprimento de condicionalidades e do conflito familiar.

O segundo instrumento utilizado foi o Inventário de Estilos Parentais - IEP (Gomide, 2006), que foi aplicado nas mães e em seus filhos adolescentes em 3 momentos: antes e depois da intervenção e 3 meses após a intervenção (*follow up*). O inventário se propõe a investigar a maneira pela qual os pais educam os seus filhos, e é composto por 42 questões que abordam 7 práticas educativas, sendo 5 negativas (negligência, abuso físico, punição inconsistente, monitoria negativa e disciplina relaxada) e 2 positivas (monitoria positiva e comportamento moral). As questões do IEP apresentam 3 possíveis respostas, nas quais o

participante escolhe, diante da situação da resposta, aquela que melhor corresponde a sua prática: sempre, às vezes ou nunca. Os escores obtidos a partir da avaliação, uma vez somadas as pontuações das questões referentes às práticas educativas positivas e subtraindo as pontuações das questões referentes às práticas educativas negativas, irá situar a prática educativa da referida família em Estilo Parental Ótimo, Bom, Regular ou de Risco, conforme a tabela 1 (Gomide, 2006).

Tabela 1 - Interpretação dos Resultados do Inventário de Estilo Parental (Gomide, 2006)

Percentis do IEP	Interpretação do Resultado
De 80 a 99	Estilo Parental Ótimo: com presença marcante das práticas parentais positivas e ausência das Práticas Negativas
De 55 a 75	Estilo Parental Bom, porém aconselha-se a leitura de livros de orientação para pais para aprimoramento das práticas parentais.
De 30 a 50	Estilo Parental Regular: Aconselha-se a participação em grupos de treinamento de pais.
De 1 a 25	Estilo Parental de Risco: Aconselha-se a participação em Programas de Intervenção Terapêutica, tanto em grupo como de casal ou individualmente, especialmente desenvolvidos para pais com dificuldades em Práticas Educativas onde possam ser enfocadas as consequências do uso de Práticas Negativas em detrimento das Positivas.

Procedimentos

A pesquisa transcorreu de acordo com as etapas que serão descritas na sequência. Mas é importante mencionar que as três primeiras foram realizadas utilizando-se o protocolo de atendimento do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS):

1. Levantamento das famílias em descumprimento de condicionalidades do PBF, por meio de uma lista repassada bimestralmente pelo Ministério do Desenvolvimento Social e

Combate a Fome, através do Sistema de Gestão de Condicionalidades (SICON). Nos meses de referência, Setembro/ Outubro, havia 110 famílias em descumprimento no território de abrangência do CRAS-Norte.

2. Convite às famílias, através de visita domiciliar, para participarem de uma palestra sobre as regras do PBF, em local específico, realizada pela equipe técnica do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Foram realizadas 5 reuniões, em bairros diferentes, com média de dez famílias participantes em cada uma delas.

3. Atendimento individual pela equipe técnica do CRAS, para identificar os reais motivos do descumprimento, realização um breve diagnóstico da situação e possíveis encaminhamentos (encaminhando para instituição escolar, de saúde, para cursos profissionalizantes, documentação, etc.). Através do diagnóstico identificou-se que a maior parte das famílias em descumprimento que foram atendidas, não correspondiam ao perfil desejado, sendo que com tal perfil foram encontradas apenas 14 famílias.

4. Dentre as 14 famílias com o perfil, foram selecionadas apenas duas. Os critérios de inclusão/exclusão foram: concordância com os termos da pesquisa e o maior grau de vulnerabilidade (aquelas famílias com maiores dificuldades, presença de brigas entre pais e filhos e relatos de mães que perderam o controle em relação ao comportamento de seus filhos). Contudo, até se chegar às duas famílias cuja pesquisa foi realizada, outras duas famílias foram selecionadas. Uma delas não foi encontrada em dia e horário combinados (por duas vezes consecutivas); a outra desistiu antes da pesquisa iniciar, por motivo de incompatibilidade de horário com a pesquisadora.

5. Explicações sobre a pesquisa (os procedimentos, número de sessões, dia e horário das mesmas) e assinatura de termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice A e B).

Esta etapa foi realizada no mesmo dia em que foram coletados os dados da pré-intervenção (em mães e filhos separadamente), por meio dos questionários (Apêndice C e D) e do IEP.

6. Inserção das famílias escolhidas no SICON para acompanhamento familiar. Este procedimento suspende temporariamente os efeitos das condicionalidades dessas famílias, garantindo, durante o período em que a pesquisa foi realizada, uma variável de controle da adesão das famílias ao programa de intervenção.

7. Realização das sessões propriamente ditas, semanalmente, com duração média de 1 hora, com programação conforme Tabela 2. Em ambas as famílias a intervenção durou 2 meses (de Outubro a Dezembro de 2012).

8. Coleta das medidas pós-intervenção, através da aplicação do IEP em mães e filhos separadamente.

9. Coleta de medidas de *follow up*, através da aplicação do IEP, 3 meses depois do término da intervenção em mães e filhos separadamente.

Foram realizadas 8 sessões com duração média de 60 minutos com cada uma das duas famílias, em seus respectivos domicílios, seguindo-se o cronograma conforme Tabela 2. O programa de intervenção utilizado com as famílias selecionadas é uma adaptação daquele descrito por Gallo e Williams (2010) e Gallo e colaboradores (2013). No primeiro, foram realizadas 10 sessões em grupo para o ensino de habilidades parentais para mães de adolescentes em conflito com a lei e no segundo foi feita uma adaptação do programa, em 8 sessões para ensinar habilidades parentais a pais de crianças com problemas de comportamento. Em ambos, o programa de intervenção mostrou-se efetivo, pois favoreceu a aquisição de habilidades parentais junto as famílias participantes que, além de mudanças de comportamento, apresentaram elevação no IEP. Na presente pesquisa, a adaptação do

programa de intervenção foi realizado no número de sessões, e na abordagem dos encontros que, além de serem individualizados, tratou de problemas práticos trazidos pelas mães durante as sessões. Foi realizado treinamento quanto ao emprego de limites e disciplina através de tarefas que eram realizadas pelas mães com seus filhos, entre as sessões.

Tabela 2 - Temas e atividades desenvolvidas com as mães em cada sessão do programa de intervenção

Sessão	Tema e Atividade
1	<p>Tema: Manejo do estresse.</p> <p>Objetivos: Identificar sinais de estresse familiar; manejar o estresse; reduzir o estresse por meio do uso de técnicas de relaxamento.</p> <p>Atividade: Identificação de sinais de estresse familiar e sugestões e dicas práticas para combatê-lo; técnicas de relaxamento: Jacobson.</p>
2	<p>Tema: Práticas parentais.</p> <p>Objetivos: Caracterizar práticas parentais positivas e negativas; identificar os tipos de práticas comumente utilizadas pelos pais e dos quais o comportamento dos filhos é função.</p> <p>Atividade: Uso do modelo de práticas educativas parentais (Gomide, 2003), para discussão e identificação de possíveis exemplos no ambiente familiar.</p>
3	<p>Tema: Análise Funcional de Comportamentos.</p> <p>Objetivos: Analisar funcionalmente o comportamento dos filhos.</p> <p>Atividade: Treino de análise funcional com os pais. Treinamento em casa.</p>
4 /5	<p>Tema: Limites</p> <p>Objetivos: Estabelecer limites adequados na educação dos filhos.</p> <p>Atividade: Discussão a respeito do uso de regras adequadas no estabelecimento de limites, a partir do levantamento de situações problemáticas apresentadas pela família. Treino de habilidades relacionadas ao estabelecimento de regras e negociação, culminando no uso assertivo de disciplina. Treino em casa discutindo regras com os filhos.</p>
6 /7	<p>Tema: Uso da disciplina.</p> <p>Objetivos: Utilizar adequadamente a disciplina nas práticas educativas</p>

empregadas.

Atividade: Discussão a respeito das regras discutidas e negociadas com os filhos e sobre o estabelecimento de consequências quando as regras não forem satisfatoriamente cumpridas. Treino em casa discutindo as consequências do não cumprimento das regras com os filhos.

8 Tema: Revisão os conceitos e avaliação da intervenção.

Objetivo: Avaliar uso das informações recebidas durante a intervenção nas práticas recentes empregadas pelas mães.

Atividade: discussão sobre experiências acerca das estratégias empregadas.

Tratamento e Análise dos dados

Para uma melhor visualização dos resultados e da discussão, estes foram divididos em 3 partes: dados obtidos através de instrumentos de coleta de dados (correlacionando IEP e entrevistas realizadas com mães e adolescentes), dados obtidos através de relatos verbais dos sujeitos de pesquisa durante as sessões e dados obtidos através de observação.

Resultados e Discussão

Dados obtidos através dos instrumentos de coleta de dados.

Para que se pudesse ter uma variável objetiva com a qual se pudesse comparar dados anteriores e posteriores à intervenção, a fim de comprovar a eficiência da mesma, foi aplicado Inventário de Estilos Parentais (Gomide, 2006), a partir do qual se obteve os dados apresentados nas Tabelas 3 e 4.

A condição inicial da Família 1 (Tabela 3), de acordo com os dados obtidos pelo IEP apresenta, na avaliação realizada pela filha às práticas educativas empregadas pela mãe, um

índice considerado ótimo (IEP = 11), contrastando com a auto avaliação da mãe, na qual o resultado obtido é um índice situado por Gomide (2006) em Estilo Parental de Risco (IEP = -9). Pode-se observar que, na avaliação da filha, os estilos parentais que merecem destaque no comportamento materno são a disciplina relaxada e a monitoria negativa. Especificamente sobre a falta de disciplina adequada, na entrevista o relato da adolescente corrobora os dados obtidos no IEP ao afirmar que não tem regras em sua casa. A ausência de regras, ou uma disciplina pouco consistente ou ineficiente por parte dos pais favorece o aparecimento de comportamentos anti-sociais, como a propensão a infração da lei (Gallo, 2006; Rios & Williams, 2008).

Tabela 3 - Resultados I.E.P. Família 1.

Práticas	Filha/mãe	Filha/mãe	Filha/mãe	Mãe	Mãe	Mãe
Educativas	Pré	Pós	<i>Follow up</i>	Pré	Pós	<i>Follow up</i>
Monitoria	11	10	7	5	12	10
Positiva						
Comportamento	11	12	10	9	12	12
Moral						
Punição	2	0	0	4	2	3
Inconsistente						
Negligência	1	1	2	6	1	1
Disciplina	4	2	2	5	0	3
Relaxada						
Monitoria	4	5	3	5	6	5
Negativa						
Abuso Físico	0	1	1	3	0	1
I.E.P Total	11	13	9	- 8	15	9

Ao se observar os dados da auto avaliação da mãe dessa mesma família, a mesma também apresenta índice elevado em relação a disciplina relaxada e a monitoria negativa, mas não somente nessas. A auto avaliação materna foi, de modo geral, negativa, apresentando

índices significativos em todos os estilos parentais negativos, em especial a Negligência. Quando comparados aos dados obtidos na entrevista realizada com a mãe, esta relatou que a imposição de regras sempre foi responsabilidade do falecido marido e que após a morte dele não a assumiu de imediato e acabou deixando as filhas, em especial a adolescente, solta, sem regras. Relata, ainda, que não acompanhava as atividades da filha, que a deixava “largada”, não ia até sua escola e também desconhecia sua rotina. O estilo dessa mãe se assemelha ao que Gomide (2003) descreve como estilo parental negligente, no qual a falta de um monitoramento adequado, de interesse em relação às atividades dos filhos, pode também desenvolver comportamentos antissociais nos mesmos.

No que diz respeito aos estilos parentais positivos, a filha avaliou positivamente a mãe nesses aspectos, atribuindo a ela elevada pontuação em ambos os estilos. Na entrevista, a adolescente relata que a mãe dialoga com ela com frequência, que a considera um bom modelo de mãe; que em alguns momentos a mãe se esforça para tentar ajudá-la nas tarefas escolares; e também de seus incentivos para que retorne aos estudos. Em sua avaliação quanto a monitoria positiva, a própria mãe atribuiu a si mesma pontuação inferior a da filha, provavelmente pelo estilo negligente da mãe, conforme já foi discutido. O uso de práticas parentais positivas é descrito por Carvalho e Gomide (2005) como um inibidor do desenvolvimento de comportamentos antissociais. Ao fazer uso dessas práticas, a mãe transmite valores positivos, além de afeto a sua filha. Tais práticas tem função de fator protetivo, neste caso (Webster-Stratton, 1998).

Após a implementação do programa de intervenção, o IEP foi aplicado para que se pudessem obter dados de comparação com a condição inicial. Quanto ao IEP total, após a intervenção, a mãe da Família 1 obteve IEP = -8 na condição inicial e IEP = 15 após a intervenção, passando de um Estilo Parental de Risco para um Estilo Parental Ótimo

(Gomide, 2006). Quanto a avaliação das práticas parentais pelos filhos após a intervenção, o índice teve variação menor. A adolescente da Família 1 avaliou sua mãe com IEP = 11 antes e IEP = 13 após a intervenção. De acordo com a avaliação da filha a mãe mantém um Estilo Parental Ótimo.

Em relação aos estilos parentais avaliados pelo instrumento IEP no período pós-intervenção, na auto avaliação da mãe da Família 1 observou-se que houve uma diminuição de praticamente todos os índices das práticas parentais negativas, exceto a monitoria negativa, que aumentou de 4 para 5 e do abuso físico, que aumentou de 0 para 1. O índice de monitoria negativa também aumentou na avaliação da filha da mesma família, de 5 para 6.

Importante relacionar que, no caso da família 1, o aumento na monitoria negativa pode significar o aumento de controle da mãe, antes ausente, em relação ao comportamento da filha. Tal aumento no controle também é percebido pela adolescente, uma vez o IEP relativo a esta prática também foi elevado na avaliação realizada por ela.

Nos dados do *follow up* da família 1 houve poucas diferenças pois, em cada uma das práticas, houve pouca ou nula variação. Na avaliação das práticas educativas pela filha, a principal alteração refere-se a diminuição em ambas as práticas positivas e na monitoria negativa. Houve, ainda, acréscimo na prática “negligência”. Na auto avaliação materna, houve diminuição na prática “monitoria positiva” e aumento na prática “disciplina relaxada”, sendo estas as maiores diferenças. Importante mencionar que a disciplina relaxada já apresentava índice elevado antes da intervenção. Ambas as avaliações obtiveram um IEP = 9, o que, para Gomide (2006) situa a prática educativa materna em “Estilo Parental Bom”. Em relação a condição inicial isso significa que mesmo após 3 meses a intervenção se mostra eficiente. Somando-se a isso, outro dado importante a ser considerado é o retorno da adolescente da família 1 à escola, além da frequência em cursos profissionalizantes.

Na família 2, os dados obtidos através do IEP (Tabela 4) mostram que a avaliação realizada pelo filho das práticas educativas parentais utilizadas pela mãe localiza tais práticas no que Gomide (2006) considera Estilo Parental Irregular (IEP = 3). A mãe, por sua vez, avaliou suas próprias práticas de maneira ainda mais negativa que a mãe da Família 1, também sendo considerada com Estilo Parental de Risco (IEP = -10).

Tabela 4 - Resultados I.E.P. Família 2.

Práticas Educativas	Filho/mãe Pré	Filho/mãe Pós	Filho/mãe Follow up	Mãe Pré	Mãe Pós	Mãe Follow up
Monitoria Positiva	10	12	10	9	11	11
Comportamento Moral	6	11	9	12	12	12
Punição Inconsistente	5	3	2	7	2	2
Negligência	2	2	0	5	4	3
Disciplina Relaxada	4	4	4	8	4	5
Monitoria Negativa	2	5	5	9	8	7
Abuso Físico	0	0	0	2	0	0
I.E.P Total	3	9	8	- 10	5	6

Entre as práticas que merecem destaque na avaliação do filho, estão a punição inconsistente e a disciplina relaxada. As mesmas práticas também se destacaram na auto avaliação materna, somando a essas a monitoria negativa. Na entrevista realizada ao filho este não evidenciou comportamentos que pudessem exemplificar práticas educativas negativas. Contudo, no relato da mãe podem-se selecionar vários exemplos. Brigar com frequência quando o filho chega fora do horário, ficar esperando o filho retornar quando sai, telefonar várias vezes atrás dele são exemplos de monitoria negativa, ou como Carvalho e Gomide

(2003) também denominaram, neste caso, de supervisão excessiva. Ficar com dó ou recuar quando o filho é punido, e ceder diante de suas insistências são exemplos de disciplina relaxada. As mesmas autoras descrevem que essa prática, ou seja, a dificuldade em estabelecer contingências adequadas e ceder ao comportamento coercitivo dos filhos é prejudicial, pois trazem consequências até mesmo em curto prazo. Neste caso em especial, aparentemente o filho aprendeu a manipular emocionalmente as contingências, a fim de não cumprir com as regras, ou fugir da punição (Gomide, 2003).

De modo geral, as práticas educativas positivas da mãe da Família 2 são avaliadas de modo favorável tanto pelo filho quanto por ela própria. Nas entrevistas podem ser observados relatos nos quais essas práticas favoráveis são evidenciadas. A mãe relata que costuma acompanhar a rotina escolar do filho e da neta, que costuma passar bastante tempo com eles e o quanto se preocupa com o bem estar deles. O filho confirma esses cuidados, justificando, portanto, o elevado nível da prática educativa relacionada à monitoria positiva. O comportamento moral também é exemplificado através da entrevista, onde ambos também relatam que a mãe costuma transmitir valores relacionados ao que é certo/ errado e também incentivando hábitos positivos, como os estudos (Carvalho & Gomide, 2005; Gomide, 2006, Gallo, 2006).

Na avaliação realizada após o término da intervenção, a mãe da Família 2 obteve IEP=-10 na condição inicial e IEP= 5, ou seja, assim como a mãe da Família 1, apresentou uma grande elevação no índice. Portanto, após a intervenção, a mãe da Família 2 passou de um Estilo Parental de Risco para um Estilo Parental Bom. Já o adolescente da Família 2 avaliou a mãe com IEP = 3 antes e IEP = 9 após a intervenção, passando de um Estilo Parental Regular para um Estilo Parental Bom.

Assim como na Família 1, a monitoria negativa também manteve índice elevado na Família 2, onde o índice aumentou na auto avaliação materna de 2 para 5. A auto avaliação da mãe manteve a condição inicial nas práticas relacionadas a negligência, disciplina relaxada e abuso físico, com diminuição na punição inconsistente e aumento no comportamento moral (de 6 para 11). Quanto à avaliação das práticas educativas parentais pelo filho da Família 2, observa-se, através dos dados, que todas as práticas parentais negativas diminuíram e a única que se manteve com índice elevado é a monitoria negativa.

Quanto ao *follow up* da família 2, também houve poucas variações. Na avaliação realizada pelo filho em relação às práticas maternas, merece destaque a diminuição nas práticas educativas positivas, e nas práticas punição inconsistente e negligência. As demais não tiveram variação. Já a avaliação materna manteve basicamente os mesmos índices, com pequeno decréscimo em negligência e monitoria negativa e pequeno aumento em relação a disciplina relaxada. Os IEPs totais, portanto, tiveram poucas alterações, sendo IEP = 8 para o adolescente e IEP = 6 para a auto avaliação materna, ambos considerados por Gomide (2006) como Estilo Parental Bom.

O adolescente da família 2 também foi matriculado na escola e reiniciou os estudos no ano letivo de 2013.

Dados obtidos através de relatos verbais dos sujeitos de pesquisa durante as sessões.

Durante as sessões do programa de intervenção, foi possível coletar alguns dados a partir de relatos verbais, observação de comportamentos durante a intervenção *in loco*. A última sessão, em especial, foi espaço propício para avaliar a intervenção junto aos sujeitos de pesquisa e alguns dados podem ser destacados.

Na primeira sessão com a mãe da Família 1, foi possível explorar com ela quais os principais estímulos desencadeadores de estresse familiar e suas estratégias de enfrentamento. A mãe relatou que entre os principais eventos estressantes do dia-a-dia estão as suas dificuldades em tolerar alguns comportamentos das filhas, tais como; desorganização – brinquedos das filhas menores e roupas da filha adolescente; choros e brigas entre elas, e entre as filhas e outras pessoas e, especialmente, ao fato da filha adolescente chegar sempre muito tarde e alcoolizada. Nesta mesma sessão pode-se observar sua dificuldade em estabelecer limites. A filha de 7 anos interrompeu a sessão em vários momentos mesmo que, desde sua primeira interrupção, a mãe tenha solicitado a ela que não interrompesse. Essa situação, somada a relatada a seguir, demonstra a dificuldade da mãe em reforçar e manter comportamentos adequados nas filhas.

Na quarta sessão, quando a filha caçula passou a interromper frequentemente a sessão solicitando atenção materna, foi realizada intervenção *in loco*, na qual a mãe foi orientada a ignorar o comportamento da filha, a fim de colocá-lo em *time out* e assim aumentar a probabilidade de extinção desse comportamento. Nesta ocasião, a mãe seguiu as instruções da pesquisadora e observou que a filha deixou de interromper quando seu comportamento foi ignorado. Essa situação pareceu bastante reforçadora à mãe naquele momento, uma vez que pode perceber que o comportamento da filha de interromper a conversa de adultos era reforçado por ela mesma, que dava atenção sempre que a filha lhe solicitava. Ao ignorar, a mãe retirou o reforço, tornando a resposta enfraquecida. A mãe aprendeu que existe uma relação funcional entre o comportamento e a sua consequência (Skinner, 1979). Pareceu, ainda, que a mesma passou a dar maior crédito à intervenção após esta ocorrência.

Houve uma outra situação que pode ser trabalhada pela pesquisadora *in loco* na 5ª sessão. As filhas caçulas trouxeram seus brinquedos e os espalharam pela sala de estar,

mostrando-os à pesquisadora e a mãe. A mãe foi orientada a pedir que as filhas guardassem os brinquedos e que ignorasse os comportamentos de birra ou oposição. Após a tarefa, a mãe foi orientada a reforçar o comportamento das filhas com elogios e com carinho. Através desta situação, foi possível intervir *in loco* e mostrar para a mãe três lições: disciplinar o comportamento mantendo-se firme na regra, fazer uso de *time out* para reduzir a frequência de comportamentos inadequados e reforçar comportamentos adequados através de elogio ou carinho (Skinner, 1979). A mãe percebeu que o reforço positivo pode ter função de aumentar a probabilidade de ocorrência de comportamentos assertivos nas filhas (Gallo, 2006; Bolsoni-Silva & Marturano, 2002). Nas pesquisas realizadas por Rios e Williams (2008) elas puderam concluir que o uso de reforço positivo foi frequente e efetivo em programas de intervenção e prevenção de problemas de comportamento em crianças de famílias pobres.

Ainda na quinta sessão foi possível à pesquisadora mediar uma reunião familiar a qual teria por objetivo estabelecer e negociar as regras para todos os membros da família. Cumpre informar que esta reunião deveria ter sido realizada pela família com a pesquisadora ausente, mas que a mãe sentiu-se insegura em fazê-lo. Esta sessão chegou a ser adiada em uma semana, após a mãe e a pesquisadora, no horário da sessão, terem encontrado a adolescente alcoolizada dormindo no sofá. Naquele momento, a pesquisadora deixou à mãe a decisão de prosseguir com a sessão e, considerando que a mesma pareceu envergonhada diante do ocorrido, preferiu adiá-la para a semana seguinte, além de confessar que tais comportamentos da filha adolescente estavam cada vez mais frequentes e que por este motivo não foi possível realizar a atividade proposta. Cabe salientar que tal comportamento da adolescente, já verbalizado pela mãe, é caracterizado como comportamento de risco e, associado a um estilo parental de risco, aumenta a probabilidade de comportamentos antissociais (Carvalho & Gomide, 2005; Salvo, Silveiras & Toni, 2005; Gallo, 2006; Gomide, 2006).

Durante a reunião, houve dificuldade em reunir toda a família na sala para discutir a rotina familiar e as regras de cada um dos membros. A adolescente participou dos momentos iniciais e finais da reunião e as filhas menores brincaram durante algum tempo. As regras e as consequências para o seu não cumprimento foram discutidas e negociadas por todos. No final da reunião a adolescente passou a discordar das suas regras, mesmo após ter participado da discussão e negociação das mesmas. Receberia enquanto reforço ao seu bom comportamento a instalação da internet. Ela, contudo, queria que a internet fosse instalada e enquanto consequência comportar-se-ia adequadamente. Nesta ocasião foi necessário confronto da pesquisadora junto a adolescente a fim de que os papéis de mãe e de filha ficassem claros. Após, a adolescente pareceu concordar com as condições estabelecidas anteriormente. A definição de papéis se torna de suma importância. Gallo (2006) já havia sinalizado que, a indefinição de papéis influencia em comportamentos de violência e que papéis bem definidos favorecem a reciprocidade. O estabelecimento de papéis também favorece a transmissão de modelos de comportamento e o comportamento moral (Salvo, Silveira & Toni, 2005).

Ainda ao longo das sessões, entre uma e outra eram estabelecidas atividades que a mãe precisava realizar com as filhas. Aquelas relacionadas a exploração da convivência familiar e fortalecimento de vínculos – fazer panquecas em conjunto, brincadeiras de perguntas e respostas – tiveram efeitos positivos, de acordo com o relato da mãe, pois permitiu a aproximação com as filhas, além de oportunizar um maior conhecimento sobre elas. A mãe teve dificuldade em compreender como se faz uma análise funcional, mas conseguiu perceber a relação entre um comportamento e as suas consequências e como estas mantêm o comportamento (Skinner, 1979).

As sessões se seguiram de modo a manejar possíveis dificuldades vivenciadas pela mãe. Embora o comportamento da adolescente não tivesse mudanças imediatas, a mãe relatou

sentir-se mais confiante para manter a disciplina em sua casa, reforçando com elogios, ou cozinhando a comida preferida das filhas quando estas seguiam as regras; ou mesmo conseguindo diminuindo a probabilidade de comportamentos de birra na medida em que deixava de reforçar comportamentos inadequados. Este último foi observado *in loco* quando novamente a filha caçula quis interromper na 7ª sessão. A mãe manteve sua atenção na pesquisadora, não reforçando o comportamento da filha que logo desistiu, sem fazer birra.

Na última sessão foi possível avaliar junto à mãe a eficiência da intervenção e pode-se selecionar algumas falas da mesma que corroboram isso. A mãe relata que se sente mais confiante em estabelecer uma disciplina adequada e que já foi possível observar algumas mudanças, como as que seguem: crianças não deixam mais os brinquedos espalhados – comportamento enfraquecido através da retirada de reforço e do reforço positivo frente aos esforços das filhas em organizarem os brinquedos (Skinner, 1979); aprendeu a reforçar comportamentos adequados e, portanto, a mantê-los (Skinner, 1979; Bolsoni-Silva & Marturano, 2002; Gallo, 2006); aprendeu a enfraquecer comportamentos inadequados, com o uso de *time out*; a se manter firme quando estabelece regras e estabelecer consequências compatíveis e a negociá-las sempre que possível, embora relate que inicialmente acreditou que não iria conseguir; a filha adolescente realiza suas responsabilidades sem a necessidade de uma prévia solicitação por parte da mãe; diminuiu a quantidade de bebida, embora ainda passe do horário de chegar em casa em alguns dias da semana. A negociação das regras e suas consequências foi uma das estratégias utilizadas por Prada (2007), em sua intervenção com monitoras de um abrigo infantil. Em seu estudo a pesquisadora salienta que regras negociadas oportunizam crianças/ adolescentes a se tornarem responsáveis por suas ações. Neste caso, a negociação trouxe resultados benéficos para a convivência familiar. Como consequência das mudanças supracitadas, a mãe afirma que o conflito diminuiu e deu lugar a possibilidades de

diálogo entre ela e as filhas. Além disso, a adolescente se comprometeu a retomar os estudos no início do ano letivo, o que se pode constatar, na sessão de *follow-up*, que cumpriu.

Na sessão de *follow up*, realizada 3 meses após o término da intervenção, a mãe relatou que a filha continua chegando tarde, embora tenha diminuído em frequência e quantidade de horas. Mas que a relação entre ambas melhorou bastante, de modo que as brigas diminuíram, que a filha tem frequentado aulas escolares e curso regularmente, que tem cumprido com suas responsabilidades em relação a tarefas domésticas e o cuidado com as irmãs menores. A mãe afirma estar monitorando mais de perto as atividades da filha, favorecendo o cuidado para com a mesma e, portanto, o desenvolvimento de comportamentos pró-sociais (Bolsoni-Silva & Maturano, 2002; Gomide, 2003; Carvalho & Gomide, 2005).

As sessões com a família 2 transcorreram de acordo com a mesma programação da família 1. Na primeira sessão foi possível explorar os principais pontos de estresse da mãe: o fato do filho adolescente não cumprir com regras e irritação em relação ao ruído produzido pelos vizinhos. A mãe relata que esses dois pontos a afetam de tal forma que chega a “explodir” de tanta irritação. Tais explosões repercutem em sua saúde física e psicológica, uma vez que quando se sente dessa forma, grosseirões aparecem pelo seu corpo, além de alterações na pressão arterial – é hipertensa! – e fortes cefaléias. A pesquisadora ensinou a mãe duas técnicas de relaxamento, que visaram reestabelecer a respiração e minimizar as tensões corporais. De acordo com relatos da mãe, as técnicas oportunizaram o relaxamento e foram utilizadas pela mesma em outras ocasiões, durante o período em que foi realizada a intervenção. A técnica de relaxamento progressivo de Jacobson foi descrita por Gallo (2006) como instrumento que favorece alívio de tensões. A outra técnica de relaxamento ensinada pela pesquisadora consistia em movimentos circulares com o pescoço, para aliviar tensões musculares localizadas naquela região.

Sendo a mãe da família 2 hipertensa e tendo reações explosivas aos pontos de estresse, uma das estratégias utilizadas pela pesquisadora está relacionada a escuta psicológica, de modo a oportunizar o alívio das tensões através da fala. Para este fim, os primeiros minutos das sessões foram utilizados. Reforço positivo também foi um recurso amplamente utilizado pela pesquisadora, a fim de elevar a autoestima da mãe, além de reforçar suas práticas positivas em relação a sua família. Um exemplo disso foi o esforço que a mãe teve em confiar em uma informação prestada pelo filho, o que não tinha por hábito fazer. Este comportamento foi alvo do reforço da pesquisadora, que pode explorar com a mãe que o excesso de monitoria negativa pode ser ineficaz no controle dos comportamentos do filho (Carvalho & Gomide, 2005; Gomide, 2006).

A mãe da Família 2 também apresentou dificuldades na realização da análise funcional, embora tenha conseguido realizar as atividades propostas que visavam compreender a relação entre os comportamentos, seus antecedentes e as suas consequências (Skinner, 1979). Outras atividades que visavam a interação da mãe com o filho e a neta também tiveram bons resultados, especialmente no que diz respeito a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre eles.

Já na 4ª sessão a mãe relatou ter sentido melhoras no quadro de estresse, a qual atribuiu à escuta psicológica, que lhe permitiu falar de seus problemas e explorar novas possibilidades de resolução. Também relatou que tem conseguido dialogar com o filho e a neta de modo a não se levar pelas reações emocionais, apresentando um adequado uso de disciplina, sem oscilações em relação às emoções do momento (Carvalho & Gomide, 2005; Gomide, 2006).

A atividade proposta de realizar uma reunião familiar para discutir e negociar a rotina também foi cumprida pela mãe da Família 2, que descreveu como um momento de

descontração entre ela, o filho e a neta. Descreveu que a atividade oportunizou boas discussões e que foi possível pensar na rotina familiar em conjunto e de forma negociada, estabelecendo regras claras, assim como consequências bem definidas quando as regras não forem cumpridas. Foram estabelecidas regras referentes a horários das refeições, de tarefas domésticas e escolares, horário do banho, para chegar e sair de casa. A mãe relatou que essas regras já estavam em vigor a partir do mesmo dia em que haviam discutido, o que foi reforçado prontamente pela pesquisadora. Uma disciplina consistente é contingente as relações interpessoais, além de favorecer comportamentos pró-sociais (Bolsoni-Silva & Marturano, 2002; Salvo, Silvaes & Toni, 2005; Carvalho & Gomide, 2005; Gomide, 2006, Prada, 2007).

Nas sessões seguintes, que seriam para manejo de possíveis dificuldades, foi constatado que a rotina estava sob controle da mãe e que poucos comportamentos que desviaram das regras propostas foram observados como, por exemplo, a birra da neta diante do horário de banho, comportamento este que foi ignorado pela mãe e, portanto, está em processo de enfraquecimento, uma vez que não foi reforçado por ela. Esse comportamento demonstra que o enfraquecimento do comportamento pode sinalizar o aumento da probabilidade de extinção, conforme descrito por Skinner (1979).

Na sessão de avaliação, a mãe relatou que aprendeu a manter as emoções sob controle na hora de dialogar com o filho e a neta, além de se comunicar de forma mais assertiva, negociando o que é passível de negociação e se mantendo firme no estabelecimento da disciplina, sem reforçar comportamentos de birra ou mesmo as tentativas do filho em fazê-la mudar de ideia em suas decisões. Relata que teve dificuldades inicialmente quanto a se manter firme, mas que hoje percebe a importância e o quanto isso lhe é reforçador. Relata, ainda que se sente mais confiante para educar e que isso trouxe consequências no comportamento do

filho e da neta, que também estão mais receptivos. Descreve que sente sua saúde mais estável e os pontos de estresse não exercem mais tanta influência sobre o seu comportamento.

Nesta família, devido à ausência do adolescente no domicílio (o mesmo estava residindo temporariamente junto a avó materna), inicialmente houve dificuldades na realização do *follow up*. Contudo, em momento oportuno, foi possível a aplicação do IEP e também diálogo com a mãe para coleta de dados. A mesma relatou que nas últimas semanas o adolescente apresentou comportamento de oposição e desobediência e que, nestas situações não conseguiu manter o controle das emoções. Isso aconteceu porque o adolescente recebeu o telefonema do pai, com o qual não tinha contato desde muito pequeno. Este contato era muito esperado pelo jovem e, diante da oferta do pai de recebê-lo no sítio onde mora em Santa Catarina, ele reagiu de modo a persuadir a mãe a deixá-lo ficar algum tempo por lá. A mãe descreve que se sentiu, inicialmente, insegura com a situação. Posteriormente, tendo uma das filhas residindo próxima a esse pai, compreendeu o quanto essa aproximação era importante para o filho e permitiu que o filho fosse. Essa situação trouxe influências no comportamento do adolescente e em sua mãe durante o período. A mãe verbalizou seu temor em perder o filho e demonstrou desânimo com essas novas dificuldades. Neste momento, foi necessário lembrar-lhe que ela foi capaz de manejar as dificuldades que enfrentou inicialmente e que, da mesma forma, era capaz de fazê-lo novamente, que dificuldades iriam surgir, mas que não significaria que seria incapaz de lidar com elas.

Quanto ao retorno escolar do adolescente, na sessão de *follow up* foi constatado que ele retornou a escola e que frequentava as aulas, porém a mãe afirma que ele “matou” aulas em alguns dias letivos. O jovem se comprometeu em continuar os estudos em Santa Catarina, onde está indo residir com sua irmã (próximo a casa do pai) nos meses seguintes.

Dados obtidos através de observação.

Ao longo das sessões de intervenção, especialmente nas últimas, além dos dados obtidos através de instrumentos (IEP e entrevista) e daqueles relatados pelas mães das duas famílias, outros dados, estes obtidos através da observação da pesquisadora, fazem-se necessários serem acrescentados a este estudo. Esses dados dizem respeito a comportamentos observáveis, além de possíveis relações destes com dados objetivos da pesquisa.

Ao longo das sessões junto a mãe da Família 1 foi possível observar que houve, por parte da mãe, comportamento de esquiva. Isso aconteceu quando se atrasava para chegar em casa (lembrando que as sessões eram realizadas em seu domicílio) ou até quando relatou ter esquecido a sessão. Isso aconteceu justamente após a 5^a, na qual a tensão havia predominado em função das tentativas que a filha adolescente demonstrou para se manter no controle da situação. Na sessão imediatamente posterior, a mãe pouco havia colocado em prática as regras discutidas e negociadas. Outro ponto a ser observado é que a mãe manifestou dificuldade e até mesmo resignação diante de uma melhora no comportamento da filha adolescente e neste momento foi necessário discutir com ela a necessidade de se cobrar à regra tal como fora negociada *a priori*, sem deixar de considerar e reforçar os comportamentos que vinham sendo emitidos de acordo. Essas observações demonstram que a mãe ainda apresentava muitas dificuldades e que a superação das mesmas ainda estava em curso, tanto foi que até a última sessão observou-se que a mãe apresentou-se mais assertiva nas suas práticas educativas. Contudo, ao se relacionar essas observações com os dados obtidos através do IEP (IEP pré = 8 para IEP pós = 15) esses dados soaram irrealistas, considerando-se que os resultados obtidos através da intervenção ainda são frágeis e não passíveis de generalização.

Uma possível justificativa para esse significativo aumento no IEP e que foi observado pela pesquisadora, é que, no momento da aplicação do inventário após a intervenção,

evidenciou-se um aumento na autoestima da mãe. Esse aumento pode ser observado na melhora de sua autoconfiança enquanto mãe e educadora que é, principalmente após ter alcançado sucesso em suas tentativas de educar assertivamente. Desenvolveu repertórios que favoreceram a melhoria nos conflitos familiares, e que envolveram adequado uso de *time out*, reforço positivo e do estabelecimento de contingências adequadas para o seguimento de regras. Outro aspecto a ser acrescentado diz respeito a diminuição de conflitos nas últimas semanas entre ela e a filha adolescente. Pode-se concluir que a instalação de um repertório de práticas educativas assertivas acabou fortalecendo a autoestima da mãe que vinha sendo trabalhada ao longo das sessões pela pesquisadora através do uso de reforço positivo, utilizado para, de alguma forma, mostrar-lhe que era capaz. Na sessão de *follow up* a mãe apresentou, mesmo após 4 meses da intervenção, comportamento semelhante: indicativos de autoconfiança e autoestima elevados, ao relatar que a situação tem se mantido da mesma forma: melhorias no relacionamento entre ela e a filha, comprometimento da adolescente com suas metas e regras e o retorno da mesma à escola. Sendo o IEP um instrumento cuja medida é obtida através de auto relato, é possível concluir que a elevação na autoestima oportunizou uma melhoria na autoimagem materna, o que conseqüentemente repercutiu em seu auto relato, elevando o IEP.

Também é digna de destaque a avaliação positiva que a filha fez da mãe nas avaliações pré e pós-intervenção. Observa-se que, para a filha, o comportamento materno, de negligência e ausência de regras a favorecia, ou seja, era percebido de forma positiva pela adolescente. O comportamento materno mantinha o comportamento adolescente e, como a mãe não tinha repertório para estabelecer regras, o não seguir regras foi facilmente mantido e reforçado.

Quanto a família 2, as observações realizadas pela pesquisadora corroboram os dados do IEP, uma vez que a monitoria negativa era, de fato, um dos principais pontos a serem

trabalhados. Nas primeiras sessões o comportamento verbal da mãe evidenciava que ela tinha dificuldades em confiar nos relatos do filho, e isso reforçava no adolescente comportamentos de esquiva e até mesmo de mentir – evitava situações de confronto e mentia para evitar punição. Esses comportamentos do adolescente são contingentes ao comportamento materno, confirmando o descrito por Carvalho e Gomide (2005). Outro ponto de destaque é a dificuldade da mãe em estabelecer regras apropriadas e ela mesma cumpri-las, de modo a ser manter coerente a elas. Após compreender a relação entre comportamento (insistência do filho para que abdique das regras) e sua consequência (mãe cede) vinha reforçando no filho e na neta comportamentos de enfrentamento e de teimosia, a mãe pode modificar seu próprio comportamento e fortalecer repertórios de disciplina adequada, mantendo-se firme em suas decisões e não se deixando persuadir por eles (Gomide, 2003).

O ponto de maior destaque nesta família e que pode ser observado na mãe após o término da intervenção é a mudança comportamental da mesma, o que começa pela sua fisionomia. Nas primeiras sessões o desânimo podia ser observado em suas expressões faciais e saudação inicial das sessões, a mãe verbalizava que estava ou que teve uma semana “mais ou menos”. Nas últimas sessões a expressão facial que demonstrava desânimo foi substituída por uma expressão que denotava maior autoconfiança. As verbalizações iniciais da mãe eram mais positivas e a mesma também verificou melhoras consideráveis em sua saúde. Durante as oito semanas de intervenção, ela teve aumento na pressão arterial apenas duas vezes (uma delas devido à falta de medicação), contrastando com os aumentos constantes que tinha inicialmente. Verifica-se, portanto, como na outra mãe, aumento na autoestima, uma vez que se sentia mais autoconfiante e assertiva em sua prática educativa, observando melhoras no seu repertório e no comportamento do filho e da neta no dia-a-dia.

Quanto ao comportamento do adolescente da família 2, um ponto a ser discutido é que nas últimas duas sessões ele havia se mudado provisoriamente para a casa da avó, pois lá ficava mais perto do trabalho (estava trabalhando em um lava-jato). Esse fato traz duas situações distintas: a primeira evidencia que a mãe foi capaz de confiar nele a ponto de deixá-lo ir e, desta forma, reforçando nele a responsabilidade do autocuidado. A segunda situação a ser discutida é que a ausência do adolescente também oportunizou que a mãe não tivesse controle algum do comportamento do mesmo e do acompanhamento sistemático quanto ao cumprimento de regras. Mas, ao mesmo tempo, o diálogo não foi rompido, pois se falavam diariamente e discutiam sobre os ocorridos de cada dia, de forma aberta e espontânea.

Considera-se embora as mães das duas famílias tenham encontrado dificuldades iniciais junto ao programa de intervenção, ambas puderam aprender noções de análise funcional a fim de identificar que o seu próprio comportamento é que mantinha alguns comportamentos inadequados dos filhos. Ao compreenderem essa relação, puderam manejar as contingências, a fim de modelar comportamentos mais assertivos nos filhos e nelas mesmas.

Considerações Finais

De modo geral, compilando-se os dados a partir das análises supracitadas, pode-se observar que a intervenção foi eficiente junto às duas famílias, cada qual dentro das suas especificidades, potencialidades e dificuldades. Em ambas houve o acréscimo de um repertório comportamental nas mães quanto ao estabelecimento e cumprimento de regras, instalação do diálogo como forma de negociação e resolução de conflitos, do fortalecimento de vínculos através do afeto, das atividades conjuntas e do reforço positivo. Este último foi importante recurso usado pela pesquisadora no aumento da autoestima das mães, bem como recurso utilizado pelas mesmas para instalar comportamentos adequados em seus filhos. Esse

novo repertório, uma vez instalado, permite que práticas educativas sejam fortalecidas e mantidas, assim como o conseqüente enfraquecimento de práticas negativas e que influenciam em comportamentos antissociais, conforme sinaliza a literatura (Gomide, 2003; 2006; Carvalho & Gomide, 2005, Gallo, 2006).

A intervenção no domicílio garantiu a adesão ao programa de intervenção, uma vez que as famílias não precisaram se deslocar até a pesquisadora e o que facilitou o acesso desta à rotina familiar com maior facilidade e abertura por parte das famílias. Essa abertura foi facilitada levando-se em consideração que o CRAS é reconhecido e respeitado pelas famílias da região como fonte de apoio psicossocial, levando-se em consideração seu importante papel frente à comunidade, em especial, a população vulnerável (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2012). O atendimento individualizado também favoreceu o vínculo terapêutico entre a pesquisadora e as duas mães, de modo que a desconfiança inicial deu lugar a um ambiente positivo, no qual as dificuldades e expectativas das mães puderam ser acolhidas, trabalhadas e novos repertórios, mais assertivos, pudessem ser implementados.

Algumas limitações também devem ser consideradas. Inicialmente, houve dificuldade na localização das famílias, o que atrasou o início da intervenção e motivou a troca das famílias selecionadas em primeira instância. De forma semelhante, houve dificuldade em realizar o *follow up* com a família 2 que, após muitas tentativas é que foi concretizado e, embora as contingências não sejam as mesmas existentes durante as sessões, havia a necessidade de continuidade na intervenção a essa família, a fim de desenvolver nela maiores habilidades de resolução de problemas.

Os dados obtidos através desse último contato com a família 2 possibilitou o questionamento se o número de sessões foi o suficiente para a manutenção e generalização dos resultados para outras situações do dia-a-dia. Portanto, há duas sugestões possíveis para

umentar a probabilidade de êxito do programa: o aumento no número das sessões de intervenção, ou aumento no número de sessões de *follow up*, sendo os mesmos menos espaçados entre si, com periodicidade mensal e, com a possibilidade de manejo técnico. Outra sugestão é a possibilidade de realização desse programa de intervenção em grupo. O mesmo foi desenvolvido com base em intervenções que foram realizadas coletivamente e as atividades comportam a aplicação em grupo.

Outra limitação importante de ser considerada diz respeito às variáveis do próprio serviço: escassez de recursos humanos e materiais, e território demasiadamente grande, com grande número de famílias vulneráveis, o que dificulta o atendimento sistematizado pela equipe técnica do serviço. A distância entre os locais também não favorece a adesão às atividades propostas pelo equipamento, tais como os grupos operativos de convivência familiar e comunitária e outros tipos de oficinas, motivo pelo qual foi inviabilizada a possibilidade de realizar o presente programa de intervenção em grupo. Contudo, essa limitação não inviabiliza o formato do presente programa, que produziu resultados satisfatórios e pode, portanto, ser utilizado em serviços que atendam famílias em situação de vulnerabilidade, tanto individualmente, conforme foi realizado neste estudo, quanto em grupo.

Ao se retomar os objetivos propostos na presente pesquisa, pode-se afirmar, a partir do estudo de caso realizado, que o programa de intervenção implementado foi efetivo para o treinamento das práticas parentais entre as famílias beneficiárias do PBF e em descumprimento de condicionalidades, especialmente na superação desta, considerando-se que os adolescentes das famílias participantes, que antes se encontravam fora da escola retornaram aos estudos. Também foi efetivo no fortalecimento das famílias participantes enquanto fatores protetivos.

Conclui-se, portanto, que o treino de práticas parentais, conforme já havia sido descrito pelas inúmeras pesquisas das quais este estudo teve como referência, é um instrumento que tem apresentado, em geral, resultados satisfatórios, tanto no que diz respeito a prevenção de futuros problemas de comportamento, uma vez que capacita pais a lidarem de forma assertiva com dificuldades advindas da maternagem e paternagem, quanto no manejo de problemas reais e atuais. Contudo, ainda há a necessidade de pensar e implementar mais programas que vislumbrem a prevenção, ainda escassos, especialmente junto a comunidades pobres (Rios & Williams, 2008; Prada, 2007; Moura, Silveiras, Jacovozzi, Silva & Casanova, 2007; Gallo, 2006; Cia, Williams & Aiello, 2005; Carvalho & Gomide, 2005; Bolsoni-Silva, 2003; Armstrong, Wilks & Melville, 2003; Bolsoni-Silva & Marturano, 2002; Marinho, 1999; Patterson & Dishion, 1992).

Referências

- Armstrong, H.A., Wilkis, C., Melville, C. (2003) Evaluation of the parent group experience: What helps and what hinders. *Journal of Adolescent Mental Health*, 15 (1), 31-37.
- Brandão, Z.; Baeta, A. M. B.; Rocha, A. D. C. (1982) O estado da arte da pesquisa sobre evasão e repetência no ensino de 1º grau no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 64 (147), 38-69.
- Bolsoni-Silva, A. T. & Marturano, E. M. (2002). Práticas educativas e problemas de comportamento: uma análise a luz das habilidades sociais. *Estudos de Psicologia*, 7 (2), 227-235.
- Bolsoni-Silva, A.T. (2003). Habilidades Sociais Educativas, variáveis contextuais e problemas de comportamento: comparando pais e mães de pré-escolares. *Tese de*

Doutorado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo.

Cia, F; Williams, L.C.A., Aiello, A.L.R. (2005). Intervenção focada na família: um estudo de caso com mãe adolescente e criança de risco. *Rev. Bras. Ed. Esp. Marília*. 11 (1), 49-66.

Carvalho, M. C. N. & Gomide, P. I. C. (2005) Práticas educativas parentais em famílias de adolescentes em conflito com a lei. *Estud. psicol. (Campinas)*, 22 (3), 263-275.

Del Prette, A., & Del Prette, Z.A.P. (1999) *Psicologia das habilidades sociais: terapia, educação e trabalho*. Petrópolis: Vozes.

Gallo, A. E. & Williams, L.C.A. (2005). Adolescentes em conflito com a lei: uma revisão dos fatores de risco para a conduta infracional. *Psicologia: Teoria e Prática*. 7 (1), 81-95

Gallo, A. E. & Williams, L.C.A. (2008). A Escola como Fator de Proteção à Conduta Infracional de Adolescentes. *Cadernos de Pesquisa*. 38 (13), 41-59.

Gallo, A. E. & Williams, L.C.A. (2010). Ensino de habilidades parentais a mães de adolescentes em conflito com a lei. Em: L.C.A. Williams; J.M.D. Maia; K.S.A. Rios (orgs.) *Aspectos psicológicos da violência: Pesquisa e intervenção cognitivo-comportamental*. (pp. 407-427). Santo André: ESETec, 1.

Gomide, P. I. C. (2003). Estilos parentais e comportamento anti-social. Em Z. Del Prette & A. Del Prette (Orgs) *Habilidades Sociais, desenvolvimento e aprendizagem: questões conceituais, avaliação e intervenção*. (pp. 21-60). Campinas: Alínea.

Gomide, P. I. C. (2006). *Inventário de Estilos Parentais – IEP: modelo teórico, manual de aplicação, apuração e interpretação*. Petrópolis, RJ: Vozes.

- Guralnick , M.J (1998) *The effectiveness of early intervention*. Baltimore: Paul H. Brookes Publishing.
- Hall, A. (2008). Brazil's Bolsa Família: A Double-Edged Sword? *Development and Change*, 39 (5), 799-822.
- Maia, J. M. D., & Williams, L. C. A. (2005). Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: Uma revisão da área. *Temas em Psicologia*, 13(2), 91-103.
- Marinho, M. L. (1999). Orientação de Pais em Grupo: Intervenção sobre diferentes queixas comportamentais infantis. *Tese de Doutorado*. Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. (2006). *Orientações para o acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no âmbito do Sistema Único de Assistência Social*. Brasília, DF, Brasil.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. (2011a). *Bolsa Família*. Acesso em 06 de Dezembro de 2011, disponível em MDS: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. (2011c). *Fome Zero*. Acesso em 8 de Dezembro de 2011, disponível em Fome Zero: <http://www.fomezero.gov.br>
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (2012). *Orientações Técnicas sobre o PAIF*. Brasília, DF, Brasil.
- Moura, C.B., Silves, E.F.M., Jacovozzi, F.M., Silva, K.A. & Casanova, L.T. (2007) Efeitos dos procedimentos de videofeedback e modelação em vídeo na mudança de

comportamentos maternos. *Revista Brasileira de Terapias Compamentais e Cognitivas* 9 (1), 115-128.

Patterson, G. Reid, J. & Dishion, T. (1992). *Antisocial Boys*. EUA.: Castalia Publishinh Company.

Prada, C.G. (2007) Avaliação de um programa de práticas educativas para monitoras de um abrigo infantil. *Tese de Doutorado*. Universidade Federal de São Carlos.

Presidência da República. (2010). *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento*. Brasília: IPEA.

Rios, K.S.A. & Williams, L.C.A. (2008). Intervenção com famílias como estratégia de prevenção de problemas de comportamento em crianças: uma revisão. *Psicologia em Estudo*, 13 (4), 799-806.

Salvo, C.G., Silveiras, E.F.M. & Toni, P.M. (2005) Práticas educativas como forma de predição de problemas de comportamento e competência social. *Estudos de Psicologia*, 22 (2), 187-195.

Sanders, M. R., Markie-Dadds, C. & Turner, K. M. T. (2003). Theoretical, scientific and clinical foundations of the Triple P – Positive Parenting Program: A population approach to the promotion of parentinf competence. *Parenting Research and Practive Monograph*. Australia: The Parenting and Family Center.

Skinner, B. F. (1979). *Ciência e comportamento humano*. São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1953).

Webster-Stratton, C. (1998). Early intervention for families of preschool children with conduct problems. Em M.J. Guralnick (Org.) *The effectiveness of early intervention* (pp. 429-455). Baltimore: Paul H. Brookes Publishing.

Wood, J.J., MacLeod, B.D., Sigman, M., Hwang, W.C. & Chu, B.C. (2003). Parenting and childhood anxiety: theory, empirical findings and future directions. *Journal of Childhood Psychology and Psychiatry*, 44 (1), 135.

CONCLUSÃO

Ambos os artigos trataram de formas diferentes quanto ao tema educação, sua importância enquanto fator protetivo e sua relação funcional com o desenvolvimento de repertórios favoráveis a um futuro profissional mais confortável e de sucesso a crianças e adolescentes. Ambos também discutiram a educação enquanto uma condicionalidade do Programa Bolsa Família e que a exclusão do sistema de ensino pode estar relacionada a vulnerabilidade social, um dos focos de atendimento do referido programa. Os artigos, portanto, relacionam conceitos da análise do comportamento a essa política social brasileira.

O primeiro artigo procurou realizar uma análise das contingências do PBF a partir de estudos sobre regras descritos pela Análise do Comportamento. A conclusão que se chegou é que as contingências estabelecidas pelo Programa são insuficientes para manter crianças e adolescentes frequentando as escolas, uma vez que o ambiente escolar não é suficientemente reforçador. Falta investimento do poder público na melhoria das políticas de educação, assim como de outras políticas públicas de atendimento às famílias, a fim de identificar e trabalhar as vulnerabilidades sociais, de modo a efetivamente superá-las.

Quanto ao PBF, foi descrito e compreendido enquanto um estímulo especificador de contingências (e.g., Skinner, 1953/1979; Albuquerque e Ferreira, 2001), caracterizado como uma forma de controle do comportamento dos cidadãos por parte do Governo Federal, para que emitam os comportamentos especificados em suas regras. Mas o trabalho levantou a hipótese de que o estabelecimento de regras, conforme especificado pelo PBF pode tornar os beneficiários insensíveis às contingências naturais do comportamento e torná-las sob controle da regra apenas, o que também é explicado pela fragilidade das políticas sociais brasileiras. O presente estudo, todavia, como trata de uma hipótese, carece de validação através de estudos científicos, a serem realizados com os beneficiários do PBF.

Já o segundo artigo procurou realizar um estudo de caso a partir da implementação de um programa de treinamento de habilidades parentais para famílias em descumprimento de condicionalidades referentes a frequência escolar do PBF. De modo geral, a partir das análises realizadas, pode-se concluir que a intervenção foi eficiente junto às duas famílias participantes, cada qual dentro das suas especificidades, potencialidades e dificuldades. Ambas as mães tiveram acréscimos de repertórios comportamentais quanto ao estabelecimento de limites e disciplina adequados aos seus filhos, melhoria no diálogo,

negociação e resolução de conflitos, fortalecimento de vínculos através do afeto e da realização de atividades em conjunto com os filhos. Também aprenderam como utilizar o *time out* para enfraquecer comportamentos indesejados e o reforço positivo para fortalecer comportamentos adequados. Este novo repertório favorece a manutenção de comportamentos pró-sociais (Gomide, 2003; 2006; Carvalho & Gomide, 2005).

A intervenção no domicílio foi favorável a adesão ao programa de intervenção, assim como o atendimento individualizado, que oportunizou um ambiente positivo de interação entre a pesquisadora e as mães. Algumas limitações, contudo, devem ser mencionadas, como, por exemplo, as dificuldades iniciais na localização das famílias para a intervenção. Posteriormente, a dificuldade na realização do *follow up* com a Família 2, que apresentou algumas mudanças que influenciaram, em partes, na manutenção dos resultados. Esta oportunizou o questionamento quanto ao número de sessões de intervenção e quanto a possibilidade de estender o número de sessões de *follow up*, sendo as mesmas menos espaçadas entre si e com a realização de manejo técnico.

Tais limitações poderão agregar valor ao programa de intervenção, que se mostrou eficiente, uma vez que favoreceu a melhoria das práticas parentais utilizadas pelas mães participantes, além de oportunizar o retorno à escola dos adolescentes em situação de descumprimento. O seu formato pode, portanto, ser aplicado em políticas de atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade, tanto individualmente, quanto em grupo, com bons resultados, assim como a literatura descreve (Rios & Williams, 2008; Prada, 2007; Moura, Silveira, Jacovozzi, Silva & Casanova, 2007; Gallo, 2006; Cia, Williams & Aiello, 2005; Carvalho & Gomide, 2005; Bolsoni-Silva, 2003; Armstrong, Wilks & Melville, 2003; Bolsoni-Silva & Marturano, 2002; Marinho, 1999; Patterson & Dishion, 1992).

Não dá pra deixar de mencionar que a fragilidade das políticas sociais brasileiras dificultam a realização de intervenções como essa, devido a sua escassez de recursos humanos e materiais, desvalorização dos profissionais e falta de atrativos que sejam efetivamente reforçadores junto aos serviços para que a população-alvo queira frequentar, sem a necessidade do estabelecimento de reforços arbitrários que cumpram (de forma ineficaz) com este papel. Além disso, ainda há uma cultura paliativa, na qual busca-se sanar problemas de ordem social e não preveni-los. A regra se torna ineficaz sem um rearranjo de contingências. O que se pode concluir que ainda há muito a se alcançar, e há muito com o que analistas do comportamento podem contribuir para mudar esse quadro.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque, L. C. (2001). Definições de regras. In H. J. Guilhardi, M. B. B. P. Madi, & P. P. Queiroz, M. C. Scoz (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: expondo a variabilidade* (pp.132-140). Santo André, SP: ESETec.
- Albuquerque, L. C., & Ferreira, K. V. (2001). Efeitos de regras com diferentes extensões sobre o comportamento humano. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14, 143-155.
- Albuquerque, L. C., & Silva, F. M. (2006). Efeitos da Exposição a Mudanças nas Contingências sobre o seguir regras. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 22, 101-112.
- Armstrong, H.A., Wilkis, C., Melville, C. (2003) Evaluation of the parent group experience: What helps and what hinders. *Journal of Adolescent Mental Health*, 15 (1), 31-37.
- Baum, W. M. (2006). Comportamento Governado por Regras e Pensamento. In W. M. Baum, *Compreender o Behaviorismo: comportamento, cultura e evolução* (pp. 165-184). Porto Alegre: Artmed. (Originalmente publicado em 1990).
- Brandão, Z.; Baeta, A. M. B.; Rocha, A. D. C. (1982) O estado da arte da pesquisa sobre evasão e repetência no ensino de 1º grau no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 64 (147), 38-69.
- Bolsoni-Silva, A. T. & Marturano, E. M. (2002). Práticas educativas e problemas de comportamento: uma análise a luz das habilidades sociais. *Estudos de Psicologia*, 7 (2), 227-235.
- Bolsoni-Silva, A.T. (2003). Habilidades Sociais Educativas, variáveis contextuais e problemas de comportamento: comparando pais e mães de pré-escolares. *Tese de Doutorado*. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo.
- Burlandy, M. D., Monnerat, G. L., Schottz, V., & Magalhães, R. (2007). Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira? *Katálysis*, 10, 86-94.

- Cia, F; Williams, L.C.A., Aiello, A.L.R. (2005). Intervenção focada na família: um estudo de caso com mãe adolescente e criança de risco. *Rev. Bras. Ed. Esp. Marília*. 11 (1), 49-66.
- Carvalho, M. C. N. & Gomide, P. I. C. (2005) Práticas educativas parentais em famílias de adolescentes em conflito com a lei. *Estud. psicol. (Campinas)*, 22 (3), 263-275.
- Del Prette, A., & Del Prette, Z.A.P. (1999) *Psicologia das habilidades sociais: terapia, educação e trabalho*. Petrópolis: Vozes.
- Galizio, M. (1979). Contingency-shaped and rule-governed behavior: Instructional control of human loss avoidance. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 31, 53-70.
- Gallo, A. E. & Williams, L.C.A. (2005). Adolescentes em conflito com a lei: uma revisão dos fatores de risco para a conduta infracional. *Psicologia: Teoria e Prática*. 7 (1), 81-95
- Gallo, A. E. & Williams, L.C.A. (2008). A Escola como Fator de Proteção à Conduta Infracional de Adolescentes. *Cadernos de Pesquisa*. 38 (13), 41-59.
- Gallo, A. E. & Williams, L.C.A. (2010). Ensino de habilidades parentais a mães de adolescentes em conflito com a lei. Em: L.C.A. Williams; J.M.D. Maia; K.S.A. Rios (orgs.) *Aspectos psicológicos da violência: Pesquisa e intervenção cognitivo-comportamental*. (pp. 407-427). Santo André: ESETec, 1.
- Gomide, P. I. C. (2003). Estilos parentais e comportamento anti-social. Em Z. Del Prette & A. Del Prette (Orgs) *Habilidades Sociais, desenvolvimento e aprendizagem: questões conceituais, avaliação e intervenção*. (pp. 21-60). Campinas: Alínea.
- Gomide, P. I. C. (2006). *Inventário de Estilos Parentais – IEP: modelo teórico, manual de aplicação, apuração e interpretação*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Guralnick , M.J (1998) *The effectiveness of early intervention*. Baltimore: Paul H. Brookes Publishing.
- Haddad, M. A. (2008). Bolsa Família and the needy: Is allocation contributing to equity in Brazil? *Journal of International Devenlopment*, 20, 654-669.
- Hall, A. (2008). Brazil's Bolsa Família: A double-edged sword? *Development and Change*, 39, 799-822.

- Hayes, S. C., Brownstein, A. J., Zettle, R. D., Rosenfarb, I., & Korn, Z. (1986). Rule-governed Behavior and Sensitivity to changes consequences of responding. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 45, 237-256.
- Joyce, S. C., Chase, P. N. (1990). Effects of response variability on the sensitivity of rule-governed Behavior. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 54, 251-262.
- Maia, J. M. D., & Williams, L. C. A. (2005). Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: Uma revisão da área. *Temas em Psicologia*, 13(2), 91-103.
- Marinho, M. L. (1999). Orientação de Pais em Grupo: Intervenção sobre diferentes queixas comportamentais infantis. *Tese de Doutorado*. Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo.
- Matthews, B. A., Shimoff, E., Catania, A. C., & Sagvolden, T. (1977). Uninstructed human responding: sensitivity to ratio and interval contingencies. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 27, 453-467.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. (2006). *Orientações para o acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no âmbito do Sistema Único de Assistência Social*. Brasília, DF, Brasil. Disponível em http://www.social.mg.gov.br/documentos/Subsecretaria_Assistencia_Social/bb%20virtual/orientacao_cras.pdf. Acesso em 06 de Dezembro de 2011.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. (2011a). *Bolsa Família*. Acesso em 06 de Dezembro de 2011, disponível em MDS: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. (2011b). *Fome Zero*. Disponível em <http://www.fomezero.gov.br/>. Acesso em 8 de Dezembro de 2011.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. (2011c). *Fome Zero*. Acesso em 8 de Dezembro de 2011, disponível em Fome Zero: <http://www.fomezero.gov.br>
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (2012). *Orientações Técnicas sobre o PAIF*. Brasília, DF, Brasil.

- Moura, C.B., Silveiras, E.F.M., Jacovozzi, F.M., Silva, K.A. & Casanova, L.T. (2007) Efeitos dos procedimentos de videofeedback e modelação em vídeo na mudança de comportamentos maternos. *Revista Brasileira de Terapias Complementares e Cognitivas* 9 (1), 115-128.
- Nico, Y. C. (1999). Regras e insensibilidade: conceitos básicos, algumas considerações teóricas e empíricas. In H. J. Guilhardi, M. B. B. P. Madi, P. P. Queiroz & M. C. Scoz (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: expondo a variabilidade* (pp. 31-39). Santo André: Arbytes.
- Oliveira, V. L., & Albuquerque, L. C. (2007). Efeitos de histórias experimentais e de esquemas de reforço sobre o seguir regras. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23, 217-218.
- Paracampo, C. C. P., & Albuquerque, L. C. (2005). Comportamento controlado por regras: revisão crítica de proposições conceituais e resultados experimentais. *Interação em Psicologia*, 9, 227-237.
- Patterson, G. Reid, J., & Dishion, T. (1992). *Antisocial Boys*. EUA.: Castalia Publishinh Company.
- Prada, C.G. (2007) Avaliação de um programa de práticas educativas para monitoras de um abrigo infantil. *Tese de Doutorado*. Universidade Federal de São Carlos.
- Presidência da República. (2010). *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento*. Brasília: IPEA. Disponível em http://www.pnud.org.br/Docs/3_RelatorioNacionalAcompanhamentoODM.pdf. Acesso em 6 de Dezembro de 2011.
- Rios, K.S.A. & Williams, L.C.A. (2008). Intervenção com famílias como estratégia de prevenção de problemas de comportamento em crianças: uma revisão. *Psicologia em Estudo*, 13 (4), 799-806.
- Salvo, C.G., Silveiras, E.F.M. & Toni, P.M. (2005) Práticas educativas como forma de predição de problemas de comportamento e competência social. *Estudos de Psicologia*, 22 (2), 187-195.

- Sanders, M. R., Markie-Dadds, C. & Turner, K. M. T. (2003). Theoretical, scientific and clinical foundations of the Triple P – Positive Parenting Program: A population approach to the promotion of parentinf competence. *Parenting Research and Practive Monograph*. Australia: The Parenting and Family Center.
- Santos, J. G., Paracampo, C. C., & Albuquerque, J. C. (2004). Análises dos Efeitos de Histórias de Variação Comportamento sobre o Seguimento de Regras. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17, 413-425.
- Shimoff, E., Catania, A. C., & Matthews, B. A. (1981). Uninstructed human responding: sensitivity of low-rate performance to schedule contingencies. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 36, 207-220.
- Skinner, B. F. (1979). *Ciência e comportamento humano*. São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1953).
- Skinner, B. F. (1982). *Sobre o behaviorismo*. São Paulo: Cultrix.
- Skinner, B. F. (1984). An operant analysis of problem solving. *The Behavioral and Brain Science*, 7, 583-591.
- Soares, F. V., Ribas, R. P., & Osório, R. G. (2010). Evaluating the Impact of Brazil's Bolsa Família: Cash Transfer Programs in Comparative Perspective. *Latin American Research Review* , 45, 173-190.
- Teixeira Júnior, R. R. (2007). Variáveis de controle do comportamento governado por regras: uma análise de métodos e resultados de estudos da área. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento. Universidade Federal do Pará, 166pp.
- Webster-Stratton, C. (1998). Early intervention for families of preschool children with conduct problems. Em M.J. Guralnick (Org.) *The effectiveness of early intervention* (pp. 429-455). Baltimore: Paul H. Brookes Publishing.
- Wood, J.J., MacLeod, B.D., Sigman, M., Hwang, W.C. & Chu, B.C. (2003). Parenting and childhood anxiety: theory, empirical findings and feature directions. *Journal of Childhood Psychology and Psychiatry*, 44 (1), 135.

APÊNDICE

APÊNDICE A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Filho**Título da pesquisa:**

“Treino de habilidades parentais com famílias em descumprimento de condicionalidades referentes a frequência escolar do Programa Bolsa Família”.

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo (a) a participar da pesquisa **“Treino de habilidades parentais com famílias em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família”**, realizada em **“no território Norte de Foz do Iguaçu, sendo este referenciado ao CRAS”**. O objetivo da pesquisa é **“Implementar e avaliar um programa de intervenção que vislumbre o treinamento das práticas parentais entre as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e em descumprimento de condicionalidades”**. A sua participação é muito importante e ela se daria da seguinte forma: através de entrevista inicial, que será gravada, e da aplicação de 2 questionários, sendo estes em três momentos: no começo e no final da pesquisa, e após 3 meses do seu término. Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade e as gravações serão destruídas ao final do estudo.

Os benefícios esperados são: A identificação de práticas que visam melhorar o relacionamento entre pais e filhos, com a conseqüente diminuição da evasão escolar destes.

As atividades são planejadas de modo a não ocorrerem riscos.

Informamos que o senhor não pagará nem será remunerado por sua participação. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação na pesquisa.

Caso você tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos pode nos contactar (**Fabiana Albertim Kaiser, Avenida Andradina, s/nº, Jardim Almada – Foz do Iguaçu/Paraná, telefone: 3901 3268, fabiana_albertin@yahoo.com.br; Prof. Dr. Alex Eduardo Gallo, Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, Universidade Estadual de Londrina, Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), Km 380, Campus Universitário – Londrina-PR, telefone: 33714227**), ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina, na Avenida Robert Kock, nº 60, ou no telefone 33712490. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você.

Foz do Iguaçu, ___ de _____ de 2012.

Pesquisador Responsável

CRP: _____

_____, tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar **voluntariamente** da pesquisa descrita acima.

Assinatura (ou impressão dactiloscópica): _____

Data: _____

APÊNDICE B

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Mãe

Título da pesquisa:

“Treino de habilidades parentais com famílias em descumprimento de condicionalidades referentes a frequência escolar do Programa Bolsa Família”.

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo (a) a participar da pesquisa **“Treino de habilidades parentais com famílias em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família”**, realizada em **“no território Norte de Foz do Iguaçu, sendo este referenciado ao CRAS”**. O objetivo da pesquisa é **“Implementar e avaliar um programa de intervenção que vislumbre o treinamento das práticas parentais entre as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e em descumprimento de condicionalidades”**. A sua participação é muito importante e ela se daria da seguinte forma: através de entrevista inicial, que será gravada, e da aplicação de 2 questionários, sendo estes em três momentos: no começo e no final da pesquisa, e após 3 meses do seu término. Você participará, ainda, de uma intervenção que será realizada em sua casa, em 8 encontros, com duração média de 60 minutos. Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade e as gravações serão destruídas ao final do estudo.

Os benefícios esperados são: A identificação de práticas que visam melhorar o relacionamento entre pais e filhos, com a conseqüente diminuição da evasão escolar destes.

As atividades são planejadas de modo a não ocorrerem riscos.

Informamos que o senhor não pagará nem será remunerado por sua participação. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação na pesquisa.

Caso você tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos pode nos contactar (**Fabiana Albertim Kaiser, Avenida Andradina, s/nº, Jardim Almada – Foz do Iguaçu/Paraná, telefone: 3901 3268, fabiana_albertin@yahoo.com.br; Prof. Dr. Alex Eduardo Gallo, Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, Universidade Estadual de Londrina, Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), Km 380, Campus Universitário – Londrina-PR, telefone: 33714227**), ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina, na Avenida Robert Kock, nº 60, ou no telefone 33712490. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você.

Foz do Iguaçu, ___ de _____ de 2012.

Pesquisador Responsável

CRP: _____

_____, tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar **voluntariamente** da pesquisa descrita acima.

Assinatura (ou impressão dactiloscópica): _____

Data: _____

APÊNDICE C

Roteiro de Entrevista Semi-estruturada para Pais

1. Identificação:

1. Nome:
2. Idade:
3. Telefone para contato:
4. Endereço:
5. Estado civil:
6. Composição familiar:
7. Renda familiar:
8. Situação Ocupacional:
9. Escolaridade:
10. Outros:

2. História de vida individual do Responsável Familiar (Pai, mãe ou ambos):

1. Como era a sua relação com seus pais e irmãos durante a adolescência?
2. Como seus pais reagiam quando você queria sair, ou chegar tarde, ou quando desobedecia as regras?
3. Seus pais ou outros adultos faziam uso de xingamentos ou castigos físicos com você ou outras crianças da casa? Quais e quando?
4. Ocorreram casos de violência na sua família? Conte uma ocorrência.
5. Quem eram as pessoas com as quais você tinha maior proximidade?
6. Você repetiria a educação que seus pais lhe deram com seus filhos ou crianças que você cuidaria? Por quê?
7. Até que etapa frequentou?

8. Se parou, por que?
9. De que forma era a relação dos seus pais com o seu estudo?
10. Você gostava de estudar?
11. Como era a sua relação com colegas e professores?
12. Quais eram os sonhos que tinha em relação ao futuro?
13. Quais foram realizados? Por que?
14. Quais não foram? Por que?

3. Convivência familiar:

1. Como você classificaria o ambiente onde você mora? Por quê?
2. Há divisão de despesas em sua família? Como acontece?
3. O que vocês fazem para se divertir?
4. Quais os principais motivos de conflitos na sua casa? Como costumam resolver?
5. Há alguém com problemas de alcoolismo e outras drogas? Quem? Como você vê isso?
6. Quando precisam de ajuda para resolver um problema dentro de casa (de relacionamento), tem algum de confiança a quem recorrem?
7. Descreva um dia de sua família. Um durante a semana e outro no final de semana.
8. Como você avalia as práticas com as quais você educa seus filhos?
9. Como você percebe a reação dos seus filhos a estas práticas?
10. Você percebe alguma semelhança entre a forma como educa os seus filhos e a forma como foi educada?
11. Quais são suas expectativas em relação ao futuro dos seus filhos? São compatíveis com as expectativas deles?
12. Se casada, como divide as responsabilidades de educação dos filhos com o companheiro (a)? Concorda com esta divisão? O que mudaria nela?

13. Quem seu filho respeita mais? Por que?
14. Alguém mais participa da educação dos seus filhos? Quem? Como é?
15. Se trabalha, com quem fica seus filhos? Como avalia este cuidado?
16. Que atividades realizam juntos?
17. Seu filho usa ou já usou drogas? Como você lida com isso?
18. Você gosta das amigas dos seus filhos? Qual a sua relação com as mesmas?

4. Sobre a vida escolar dos filhos

1. Acompanha a vida escolar dos filhos? De que forma? Com que frequência?
2. Seu filho costuma faltar a escola? Qual o motivo?
3. Seu filho costuma “matar aula”? Por qual motivo? Quem lhe conta? Qual sua reação?
4. Por que seu filho parou de estudar?
5. Você costuma punir o seu filho quando não quer ir a escola? De que forma?
6. O que você faz para que o seu filho volte a escola?
7. O que você acha que faria seu filho voltar a estudar?
8. Qual a importância do Bolsa Família na sua vida e na da sua família?
9. Qual a relação do Bolsa Família com a escola?
10. Quais as consequências da falta continuada na escola para o recebimento do Bolsa Família?
11. Você costuma explicar isto aos seus filhos? Qual a reação deles?

APÊNDICE D

Roteiro de Entrevista Semi-estruturado para adolescentes

1. Identificação

1. Nome:
2. Idade:
3. Escolaridade:
4. Turno:
5. Outros:

2. História de vida:

1. Como os seus pais reagem quando você e seus irmãos faziam alguma coisa errada?
2. E quando vocês faziam alguma coisa corretamente. Por exemplo, notas boas na escola ou arrumar o quarto?
3. Existem regras para você e seus irmãos durante a adolescência?
4. Como seus pais reagem quando você desobedece as regras?
5. Quem são as pessoas com as quais você tem maior proximidade?
6. Você repetiria a educação que seus pais lhe deram com seus filhos ou crianças que você cuidaria? Por quê?

3. Sobre a escola e futuro profissional

1. Você gosta da sua escola? E de estudar?
2. Seus pais participam da sua vida escolar? De que forma?
3. Como é a sua relação com colegas e professores?
4. Quais seus pontos fortes em relação ao estudo?
5. Quais as suas dificuldades em relação ao estudo?

6. Se possui, alguém costuma lhe auxiliar nestas dificuldades? Quem? Como?
7. Costuma faltar ou “matar aula”? Qual motivo? Como sua família fica sabendo? Como reagem?
8. Por que parou de estudar?
9. Sua família lhe incentiva a voltar a estudar? De que forma?
10. Qual a relação do estudo com o Bolsa família?
11. Qual a importância do Bolsa Família na sua família?
12. Qual a sua responsabilidade frente ao programa?
13. Você trabalha? Em que? Você gosta do trabalho? Por que?
14. Quais são os sonhos que tem em relação ao futuro? Como pretende realizar?